



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



## EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240709CE00008  
LICITAÇÃO Nº. 00008/2024  
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA  
CRITÉRIO: MAIOR DESCONTO POR ITEM  
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
AVENIDA JOAQUIM CAVALCANTE DE MORAIS, 96 - CENTRO - REMÍGIO - PB.  
CEP: 58398-000 - E-mail: LICITACOESREMIGIO@GMAIL.COM - Tel.: (083) 33641631.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.048.976/0001-09, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Agente de Contratação, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 14:30 horas do dia 29 de Julho de 2024, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência nº 00008/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento maior desconto por item, e sob o regime de empreitada por preço unitário; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA NO BAIRRO PADRE CÍCERO NO MUNICÍPIO.

Data de abertura da sessão pública: 29/07/2024. Horário: 14:30 - horário de Brasília.  
Data para início da fase de lances: 29/07/2024. Horário: 14:31 - horário de Brasília.  
Local: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

### 1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA NO BAIRRO PADRE CÍCERO NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO.

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3. A licitação será realizada em um único item.

1.4. O critério de julgamento adotado será o maior desconto, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA NO BAIRRO PADRE CÍCERO NO MUNICÍPIO -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.7. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

### 2.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 às 12:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.3.O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão decidida pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.1.3, e serão encaminhadas aos participantes e a Administração.



### 3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

- 3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;
- 3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor;
- 3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos;
- 3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;
- 3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.WWW.REMIGIO.PB.GOV.BR;

3.2.1.2.www.tce.pb.gov.br; e

3.2.1.3.www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3.O Projeto Básico referente ao objeto ora licitado está disponibilizado junto à Comissão nos horários normais de expediente, até o último dia útil anterior à data estabelecida para recebimento dos envelopes habilitação e proposta, onde poderá ser examinado e obtido pelos interessados, inclusive em meio magnético, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

### 4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

### 5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 2 (dois) dias;

Conclusão: 150 (cento e cinquenta) dias.

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

5.3.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos:

02.050 Secretaria de Educação

12 361 1001 1005 Construção, reforma, ampliação e/ou recuperação de Unidades Escolares

12 361 1001 1007 Estruturação da Rede de Ensino Municipal

4490.51 99 Obras e Instalações

Fonte de Recursos

15001001 Recursos não Vinculados de Impostos - MDE

15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação

5.4.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

### 6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Cabará ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



6.5.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação;

6.5.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/2021;

6.6. O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas;

6.7. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.



**6.9. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:** O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1. Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços, feita através de uma das seguintes opções a critério do licitante: a) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, em substituição da referida vistoria prévia, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, que temos conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 00008/2024, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiros com a Prefeitura Municipal de Remigio - PB" ◄; b) Vistoria prévia ao local de execução dos serviços, a ser realizada pelo responsável técnico da empresa até o último dia útil que anteceder a licitação. O correspondente atestado de vistoria deverá ser formalmente elaborado pelo próprio licitante e assinado pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, a data que foi efetuada a vistoria, e basicamente com os seguintes termos: ► "ATESTAMOS sob as penalidades da lei, que vistoriamos o local de execução dos serviços e tomamos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 00008/2024, realizada pela Prefeitura Municipal de Remigio - PB" ◄.

6.9.1.1. No caso do licitante optar por realizar a vistoria prévia ao local de execução dos serviços, deverá comunicar ao Órgão de Contratação com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida vistoria, necessária para que seja feito o devido agendamento junto ao setor competente do ORC que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

6.9.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, através da **apresentação de Profissional**, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. O referido atestado, que no caso é representado pela Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, só será aceita se acompanhada da comprovação de que o Profissional apresentado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho profissional competente; d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa; e) certidão de registro do licitante no conselho profissional competente, nos termos da norma vigente, dentro da data de sua validade e apenas quando essa trazer a indicação expressa do referido Profissional apresentado, como responsável técnico da empresa; f) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARO sob as penalidades da lei, que autorize a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Concorrência Eletrônica nº. 00008/2024 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Remigio - PB" ◄. Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: 50 metros cúbicos de muro de arrimo ou serviços similares.

6.9.2.1. O referido profissional indicado pelo licitante deverá participar da execução dos serviços, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ORC.

6.9.2.2. O licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnico-profissional.

6.9.2.3. Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

6.9.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: 50 metros cúbicos de muro de arrimo ou serviços similares.

6.9.3.1. O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.



**6.10.GARANTIA DE PROPOSTA:** O licitante deverá atender ao requisito abaixo, o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação, como requisito de pré-habilitação:

**6.10.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta no valor equivalente a R\$ 6.832,41.** Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO. Banco - BANCO DO BRASIL - 0001. Agência - 2520-8. Conta Corrente - 55782-X. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

**6.10.1.1.A** garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

**6.10.1.2.** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

**6.10.1.3.** Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

**6.10.1.4.** Toda documentação em excell está disponibilizada no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1gTyKpXy0skhRDRbW4X0hfhG00fNk0NII?usp=sharing>

## **7.0.DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.** Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**7.2.** Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**7.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

**8.2.1.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**8.2.2.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

**8.2.3.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

**8.2.4.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

**8.3.** O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21;



8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens.

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual de desconto final máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o percentual de desconto final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

8.9.O percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

#### 9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Percentual de desconto: aplicado sobre o valor estimado do item - Valor de Referência;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

9.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

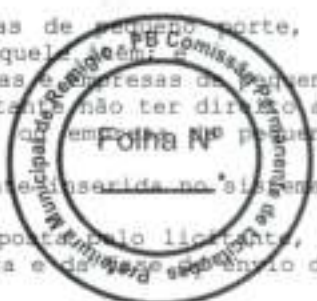
#### 10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;





10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o sistema de Contratação e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto sobre o valor do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.8.2.O Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:





- 10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, na qual poderão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestação de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientação dos órgãos de controle.
- 10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos licitantes classificados por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer inferior ao desconto mínimo definido para a contratação;
- 10.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.28.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.28.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.29. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
- 10.30. Após a negociação do percentual de desconto, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

#### **11.0. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do maior desconto final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
- 11.2.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.3.1. Contiver vícios insanáveis;
- 11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
- 11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem inferiores ao desconto mínimo definido para a contratação;
- 11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.3.6. Não comprovar, quando solicitado pelo Agente de Contratação recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.
- 11.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
- 11.4.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.4.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.





11.5.O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros de forma que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade da proposta final em relação ao estimado para a contratação, o Agente de Contratação verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

## **12.0.DA HABILITAÇÃO**

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

### **12.3.PESSOA JURÍDICA:**

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br). No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo - Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo - Anexo III.

12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br).

12.3.13.Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.



- 12.3.14. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos anexos 11;  
12.3.14.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;  
12.3.14.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;  
12.3.14.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;  
12.3.14.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;  
12.3.14.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e  
12.3.14.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.



**12.4. Documentação específica - pessoa jurídica:**

- 12.4.1. Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços - item 6.9.1;  
12.4.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional - item 6.9.2.  
12.4.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.9.3.

12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

12.5.2. De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Agente de Contratação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou



por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em ~~Ata~~ da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3.Poderá ser utilizada, a critério do Agente de Contratação, a documentação contratual de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

### 13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1.Planilha de quantitativos e preços;

13.1.3.2.Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

13.1.3.3.Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

13.2.A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:

13.2.1.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

13.2.0 ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.3.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.4.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso;

13.4.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.4.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.4.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

13.5.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.8.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado;



13.8.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratante.  
13.9.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos necessários estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

13.11.Há a possibilidade da aplicação do sorteio com critério único de desempate, após a aplicação dos critérios previstos no artigo 60 da lei 14.133/2021, em persistindo a situação de empate no julgamento do procedimento licitatório. Com fulcro no dispositivo do artigo 3º, caput e inc. da CRFB/88 e no art. 5º da lei 14.133/2021, em atenção aos princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, impessoalidade, eficiência, da transparência, da segurança jurídica, para a aplicação do sorteio como critério último de desempate, após a aplicação dos critérios previstos no art. 60 da lei 14.133/2021, em persistindo a situação de empate no julgamento dos procedimentos licitatórios, deve haver expressa previsão no edital. Portanto o sorteio será feito ao vivo, marcado antecipadamente no chat, através do link disponibilizado.

#### 14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.  
14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

#### 15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.RevoGAR a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

#### 16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.



16.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, normalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 125, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **17.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

17.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

17.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil - INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **18.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

#### **19.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

##### **19.1. Obrigações do Contratante:**

19.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

##### **19.2. Obrigações do Contratado:**

19.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;



19.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis para a contratação, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

## **20.0. DO PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX + 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **21.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

21.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **22.0. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

22.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

## **23.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da aprovação ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Avenida Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 - Centro - Remigio - PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 às 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Remigio, Estado da Paraíba.

Remigio - PB, 11 de Julho de 2024.

  
HELIO FERREIRA DA SILVA  
SECRETÁRIO





Processo nº \_\_\_\_\_/CPL

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de Empresa especializada para conclusão da Unidade Escolar com quatro salas de aula no bairro Pé Cicero – Remigio - PB, nos termos da planilha orçamentária anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto na lei 14.133/2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 150 dias a partir da data de assinatura do termo de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. **O CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.2. As normas da ABNT, a que se refere o objeto, como NBR 15575, NBR 6118, etc...
- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o licitante deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do CONTRATANTE no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o licitante vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único.





com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

- 4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá o disposto nas especificações técnicas, cronogramas, memórias de cálculos e demais peças apresentadas durante a licitação;
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: **02 dias da emissão da ordem de serviço;**
  - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho; seguirá o disposto nas especificações técnicas, cronogramas, memórias de cálculos e demais peças apresentadas durante a licitação Cronograma de realização dos serviços;

##### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço da obra e de forma continuada até a finalização dos trabalhos contratados
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário; a empresa fica facultados em abrir frentes de trabalho além do estabelecido no sindicato da construção civil.

##### **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, de acordo com as memórias de cálculos, composições de custo e especificações técnicas. Não sendo obrigação da contratante em fornecer nenhum dos insumos necessários para execução da obra;

##### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## Uniformes

- 5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo **CONTRATADO** a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. [...] conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 1200 horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.7.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos;

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

- 5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



- 6.4. A Prefeitura Municipal de Remigio poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

#### Rotinas da Fiscalização

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

- 6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for *necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados*. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
- 6.10. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO**.
- 6.11. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto.

- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.14. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços com a aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.15. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao **CONTRATADO** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.16. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do **CONTRATADO** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.17. O preposto deverá apor a assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.18. O **CONTRATADO** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao **CONTRATADO** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.20. É vedada a atribuição ao **CONTRATADO** da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.



- 6.21. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.22. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.
- 6.23. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do **CONTRATADO** que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.
- 6.24. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE**.
- 6.25. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.
- 6.26. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.27. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.28. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos devem ser

apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados, devendo ser observadas as demais disposições contidas no subitem 6.34 deste TR), no caso do **CONTRATADO** que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.28.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, o **CONTRATADO** deverá apresentar a seguinte documentação:

6.28.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.28.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo **CONTRATADO**;

6.28.1.3. exames médicos admissionais dos empregados do **CONTRATADO** que prestarão os serviços; e

6.28.1.4. cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m).

6.28.2. até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos habéis de informações:

6.28.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.28.2.2. certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do





**CONTRATADO** que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.28.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.28.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.28.3. quando solicitado pelo **CONTRATANTE** e no prazo fixado, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (artigo 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.28.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.28.3.2. cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o **CONTRATANTE**;

6.28.3.3. cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.28.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigada por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.28.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.28.4. O **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 15 (quinze) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.28.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão

realocados em outra atividade do **CONTRATADO** sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.28.4.2. documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados

6.28.4.3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.28.4.4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.28.4.5. exames médicos admissionais dos empregados dispensados.

6.29. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam os subitens anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao **CONTRATADO**, conforme previsto no instrumento da contratação (artigo 50 da Lei nº 14.133)

6.30. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo **CONTRATADO**, os documentos correspondentes aos exigidos no primeiro mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverá serem apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao **CONTRATANTE**, com a apresentação pelo **CONTRATADO** de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.31. O **CONTRATANTE** deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.32. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o **CONTRATADO** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições.



- 6.32.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.32.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere este item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.32.3. Não haverá pagamento adicional pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.33. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.34. Todos os documentos necessários para comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 6.34.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 6.34.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 6.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o **CONTRATANTE** oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.36. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o **CONTRATANTE** oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.37. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo **CONTRATADO**, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não

recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo **CONTRATADO**, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, com base nos artigos 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.38. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o **CONTRATANTE** comunicará o fato ao **CONTRATADO** e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (artigo 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.38.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do **CONTRATADO** no prazo de 15 (quinze) dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do **CONTRATADO** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao **CONTRATADO**.
- 6.38.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas nesse subitem.
- 6.38.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do **CONTRATADO** não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo **CONTRATANTE** em relação aos empregados do **CONTRATADO** por quaisquer obrigações dele decorrentes.
- 6.39. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo **CONTRATADO**, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.40. O **CONTRATADO** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.41. A inadimplência do **CONTRATADO**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.



- 6.42. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.43. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.
- 6.44. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.45. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos.
- 6.46. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.47. O gestor do contrato em tirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.48. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 6.49. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.50. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
  - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas de acordo com o cronograma de execução; ou
  - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.1.2. Boletins de medições, contendo as quantidades executadas nas unidades consideradas, conforme planilha orçamentária contratada e cronograma de execução vigente;
- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 7.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.7.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no *Recebimento Provisório*.
- 7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
  - 7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
  - 7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.14.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art.



143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.20. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.
- 7.22. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a 28 (vinte e oito) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa.
- 7.22.1. São condições para a liberação do pagamento:

a) O recebimento definitivo do objeto;

b) A entrega da documentação fiscal completa;

7.23. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Prefeitura Municipal de Remigio, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo IPC-FIPE na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tomando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.23.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.23.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.

7.23.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.23.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.23.5. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.23.6. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



7.26. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

### 8.2. DO JULGAMENTO

Segundo o Art. 59, da Lei nº 14.133/2021, Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 61. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

§ 1º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

§ 2º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

Para todos os casos, de empresas que apresentarem descontos com valores iguais ou dentro de o intervalo de 85% e 75%, observamos que será exigido a comprovação de exequibilidade do contrato, e ainda as garantias proporcionais ao nível de desconto, conforme é exigido pela lei.

#### Regime de execução

8.3. O regime de execução do contrato será empreitada por valor unitário.

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE REMÍGIO

#### **Habilitação jurídica**

- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil





(RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;
- 8.21. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante);

- 8.21.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;
- 8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.22.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- 8.22.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.
- 8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo NNN, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- 8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.



- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

#### **Qualificação Técnica**

- 8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- 8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.27. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no Conselho de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba – CREA-PB, em plena validade;
- 8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

- 8.28. Comprovação da capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.28.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 50 metros cúbicos de muro de arrimo serviços similares, sendo aceito o somatório de acervos, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

**8.28.1.2. Apresentar certidão de Acervo Técnico-operacional compatível com o tipo de obra que versa este contrato;**

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, em conjunto com a Certidão de Acervo expedida pelo Crea-PB.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.28.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**Qualificação Técnico-Profissional**

8.29. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução do serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

**8.29.1. Apresentar certidão de Acervo Técnico-profissional compatível com o tipo de obra que versa este contrato;**

8.29.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

8.29.3. A comprovação do vínculo profissional a que se refere este item pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.



- 8.29.4. Deve a licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado neste item.
- 8.29.5. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

#### Outras comprovações

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar e empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso;

8.31. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.31.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.31.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$ 683.241,74(seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e mais setenta e quatro centavos).

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta específicos de recursos próprios do município e ainda de convenio com a Secretaria de Educação de Estado da Paraíba.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação fornecida abaixo pela Secretaria de Finanças deste Município. :

02.050 Secretaria de Educação

12.361.1001.1005 Construção, reforma, ampliação e/ou recuperação de Unidades Escolares

12.361.1001.1007 Estruturação da Rede de Ensino Municipal

4490.51.99 Obras e Instalações

Fonte de Recursos

15001001 Recursos não Vinculados de Impostos - MDE

15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação.

Remígio 03 de julho de 2024.

Hélio Ferreira da Silva

ENG. CIVIL - CREA 150142337-5  
Secretário de Obras e Urbanismo

MUNICÍPIO DE REMÍGIO





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024

**PROPOSTA**

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA NO BAIRRO PADRE CÍCERO NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO.

PROPONENTE:  
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA NO BAIRRO PADRE CÍCERO NO MUNICÍPIO	-	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:  
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:  
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:  
Banco:  
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



ANEXO II - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

PROponente  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



**ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024**

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

PROponente  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



ANEXO IV - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240709CE00008

CONTRATO Nº: ....-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE  
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Remigio - Avenida Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 - Centro - Remigio - PB, CNPJ nº 09.048.976/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Francisco André Alves, Brasileiro, Casado, Servidor Público Federal, residente e domiciliado na Rua Manoel Serafim Filho, 150 - Centro - Remigio - PB, CPF nº 181.952.374-87, Carteira de Identidade nº 237218 SSPPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00008/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR COM QUATRO SALAS DE AULA NO BAIRRO PADRE CÍCERO NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00008/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.  
Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil - INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.



O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

02.050 Secretaria de Educação

12 361 1001 1005 Construção, reforma, ampliação e/ou recuperação de Unidades

12 361 1001 1007 Estruturação da Rede de Ensino Municipal

4490.51 99 Obras e Instalações

Fonte de Recursos

15001001 Recursos não Vinculados de Impostos - MDE

15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneros vinculados à Educação

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

- a - Início: 2 (dois) dias;
- b - Conclusão: 150 (cento e cinquenta) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do presente contrato, deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com os Arts. 96 a 102, da Lei 14.133/21, considerado o prazo previsto no Art. 96, § 3º, do mesmo diploma legal. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, poderá ser atualizada monetariamente. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o Contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão deste contrato. Conforme o caso e a critério do Contratante, a garantia prestada na fase de habilitação da respectiva licitação poderá ser utilizada na composição da referida garantia do contrato;





i - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 124 a 123 da Lei 14.133/21.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 126 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 155; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX + 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.



d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os acordos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento das obrigações da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, por escrito, mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Remígio.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Remígio - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

PELO CONTRATADO



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



**Anexo V - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024**

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

**REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00008/2024**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

PROponente  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

**2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

**3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Remígio, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

**4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

**5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

**6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB-60.142.737-9  
CPF-030.435.384-12

Obra: REFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO.  
Nome: 329H - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: R7, R58 - SINAPI  
DATA BASE: MARÇO/2013  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2013  
Orgão: SUPERIN. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
Etapas: ETAPA 02: CONSTRUÇÃO DA ESCOLA						
1 - SERVIÇOS PRELIMINARES						0,00
2 - MOVIMENTO DE TERRA						0,00
2.01	872636	ESCOVAÇÃO MANUAL DE VALA EM FORTALECIMENTO DE QUALQUER CATEGORIA, EXCETO ROCHA COM PROFUNDIDADE ATÉ 2M - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00
2.02	872908	ATERRO DO CAIXÃO SEM AQUISIÇÃO DO MATERIAL (REATERRO MANUAL) - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00
2.03	872909	ATERRO DO CAIXÃO COM AQUISIÇÃO DO MATERIAL/AREIA, AFILADO EM CAMADAS DE 0,30M - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00
3 - INFRAESTRUTURA						162.327,03
Muro de Arrimo						
3.01	90091	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	4,66	636,59	4.639,28
3.02	100578	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_1/2013	M2	2,71	217,14	589,44
3.03	1504005	Pedra argamassada com cimento e areia 1:3 - areia e pedra de não comercial - torçimento e acabamento	M3	483,85	314,72	152.763,33
3.04	218	ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 30X30X10CM, 1 VES (ESPESURA 29 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAD 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA NÃO FINEIRADA), PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC_1/2016	M2	103,03	12,64	1.305,47
3.05	96346	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	8,26	375,30	3.112,31
4 - SUPER-ESTRUTURA						33.083,08
4.01	872979	FRATELEIRA EM CONCRETO ARMADO COM REVESTIMENTO EM CERÂMICA, 8=0,05M L=60CM - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M	143,44	17,85	2.560,33
4.02	873624	FRATELEIRA EM CONCRETO ARMADO COM 8=0,05M E L=0,45M E REVESTIMENTO EM CERÂMICA - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M	173,40	9,90	1.716,62
4.03	873170	FRATELEIRA EM CONCRETO ARMADO COM REVESTIMENTO EM CERÂMICA, 8=0,05M L=30CM - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M	193,39	1,60	309,42
4.04	873392	FRATELEIRA EM CONCRETO ARMADO COM REVESTIMENTO EM CERÂMICA, 8=0,05M L=60CM - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M	228,61	7,45	1.704,64
4.05	872068	CONCRETO ARMADO (PREPARO E LANÇAMENTO) PARA SAPATAS COM FCH >= 25MPa, COM FORMA DE TABUA, COM APROVEITAMENTO DE 3 VESES, COM BETONEIRA - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 170.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

**Obra:** REPROGRADAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Nome:** 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Descrição:** ENCARGOS SOCIAIS: 87,85% - SINAPI  
DATA BASE: MARÇO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
**Orgão:** SUPERIN.OBRAS PLANO DES.ESTADO

**Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula**

**Total:** R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vir. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
4.06	872339	CONCRETO ARMADO (PREPARO E LANÇAMENTO) PARA VASILEX COM FCK=30MPa, COM TABUA DE MADEIRA, COM APROVEITAMENTO DE 3 VEZES COM BTONHEIRA - SUPPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00
4.07	869767	CONCRETO ARMADO/SIMPLES, TRACO 1:1:4 (CIMENTO:AREIA:BRITA GRANITICA) - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	M3	461,89	0,35	161,66
4.08	872574	CONCRETO ARMADO (PREPARO E LANÇAMENTO) P/ PILARES COM FCK=30MPa, COM FORMA EM CHAVA DE MADEIRA COM- FENSADE RESINADA, COM APROVEITAMENTO DE 3 VEZES, COM BTONHEIRA - SUPPLAN/SINAPI (JUN./2017)- Desonerado	M3	5.401,70	4,93	26.630,38
4.09	872573	CONCRETO ARMADO (PREPARO E LANÇAMENTO) PARA VIGA COM FCK=30MPa, COM FORMA EM CHAVA DE MADEIRA COM- FENSADE RESINADA, COM APROVEITAMENTO DE 3 VEZES COM BTONHEIRA SUPPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00
4.10	774202/1	LAZE PRE-MOLDADA P/FORRO, SOBRECARGA 100KG/M2, VAOS ATÉ 3,50M/E-8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPa, 3CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (BARRA 3X) E FERRAGEM NEGATIVA (Código SINAPI - 74202/1 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	-	-	0,00
<b>5 - PAREDES E PAINÉIS</b>						<b>128.768,27</b>
5.01	872588	ALVENARIA DE 1/2 Vez VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS 9 X 19 X 19 CM FUROS HORIZONTAIS, ESPESURA DA PAREDE 9 CM, JUNTAS DE 10 MM COM ARGAMASSA TRACO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	M2	56,80	189,39	9.620,54
5.02	873557	CORGO DE CONCRETO (ELEMENTO VAZADO, TIPO BOCA DE LOBO, 10X19X29CM, ARRENDADO COM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA NÃO FENELADA) SUPPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M2	112,37	31,62	3.583,26
5.03	876107	MURO EM ALVENARIA DE 1/2 Vez COM TIJULOS DE 8 FUROS COM LOCAÇÃO E INCLUSIVE EXECUÇÃO DE GABARITO, RAUERA, CINTA SUPERIOR COLUNAS DE CONCRETO ARMADO A CADA 3,0M, REBOCCADO, PINTURA PVA E SELADOR, H=0,0 - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	M	675,74	150,00	101.361,18
5.04	874171	MURETA EM ALVENARIA DE 1/2 Vez C/TIJULO DE 8 FUROS (H=0,50M) COM COLUNAS EM ALVENARIA, REBOCADA E PINTADA - SUPPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M	192,63	58,00	11.230,29
<b>6 - ESQUADRIAS, FERRAGENS E VIDROS</b>						<b>71.922,27</b>
6.01	873381	PORTA MADEIRA DE LEM TIPO FINE (MERCATILIA, ANGELIM, JATOBÁ) PARA PINTURA, INCLUSIVE DOBRADIÇAS E PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, (SEM FERRADURA, ARO E ALIZARES) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	M2	401,85	32,55	13.080,19
6.02	872246	JANELA BACULANTE EM CHAPA DOBRADA DE AÇO COM VIDRO TRANSPARENTE COM 4MM DE ESPESURA. SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO.	M2	-	-	0,00



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 100.142.737-9  
CPF: 030.485.384-12

**Obra:** REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Nome:** 3294 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Descrição:** ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 7,85% - SINAPI  
DATA EMISSÃO: MARÇO/2013  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2013  
**Orgão:** SUPERINT. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
6.03	BT3269	GRADE DE PROTEÇÃO EM FERRO EM BARRA CHATA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO - SUPLAN(JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
6.04	BT3247	PORTÃO/GRADE DE PROTEÇÃO EM FERRO EM BARRA CHATA, INCLUSIVE PINTURA ANTÍCORROSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	321,68	1,68	540,41
6.05	BT2122	VÍDEO FANTASTA TIPO CANELADO, EM FERRUGEM 4MM (Código SINAPI - 72122 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	209,34	41,59	8.604,84
6.06	T90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE TUBO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015 (Código SINAPI - 90830 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	172,38	13,00	2.240,93
6.07	BT5562	FECHADURA PARA PORTÃO DE FERRO DO SOBREPOR, COM CILINDRO REGULÁVEL, PADRÃO MÉDIO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	UN	131,05	2,00	262,10
6.08	BT2899	FERRILHO EM AÇO CRONADO, DIMENSÕES DE 30CM - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	UN	147,53	4,00	590,11
6.09	BT3265	CADEADO 35MM - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	UN	36,17	2,00	72,34
6.10	BT3155	GRADIL FIXADO EM MURETA, TIPO BELGO LINHA NYLOPOR OU SIMILAR NA COR BRANCA, COM CHUMBADORES, INCLUSIVE PORTES DE 100X40MM E ACESSÓRIOS, EXCLUSIVE MURETA - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	606,58	60,00	36.394,80
6.11	BT3113	PORTÃO EM GRADIL BELGO NYLOPOR 310, SOLDADO EM QUADRO DE TUBO GALVANIZADO 2" COM CANTONEIRA 3/4", MONTANTES EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 4", INCLUSIVE FERROELHO - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M2	871,42	9,12	7.949,13
6.12	BT3138	BARRAS DE APOIO EM AÇO INOX POLIDO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS COM DIÂMETRO 2 1/2" - 6,80M - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	UN	265,45	8,00	2.123,59
<b>7 - COBERTA</b>						<b>18.793,21</b>
7.01	T92565	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PORTALESTADA DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 5 ÁGUAS E PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015 (Código SINAPI - 92565 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	-	-	0,00
7.02	T92541	TRAM DE MADEIRA COMPOSTA POR BIEBAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 5 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAVA-CANAL, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015 (Código SINAPI - 92541 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	-	-	0,00

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 150.142.737-9  
CPF 030.885.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3294 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: ST, RPA - SINAPI  
DATA SINALHAMENTO/2013  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERIN.OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
7.03	ST2613	COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL DE 1", COM ARGAMASSA DE CIMENTO, CAL HIRATADA E AREIA SEM FINEIRIA, NO TRACO 1:2:3 - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - DESONERADO	M2	-	-	0,00
7.04	T94221	CUNHEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOCADA COM ARGAMASSA TRACO 1:2:3 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016 (Código SINAPI - 94221 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M	21,96	20,13	441,96
7.05	ST2964	ALGEBOL/RUFO EM CONCRETO ARMADO, LARGURA 20CM, ESPESURA 3CM - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M	11,85	1,49	17,65
7.06	ST2946	BEIRE-RICO, COM ARGAMASSA TRACO 1:2:3 (CIMENTO, CAL E AREIA) - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	M	17,08	8,78	149,85
7.07	ST2958	IMPERMEABILIZAÇÃO COM ARGAMASSA POLIMERICA - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	M2	36,08	8,31	316,43
7.08	ST2870	FORRO EM REGRAS DE PVC, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_F (Código SINAPI - 96111 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	71,10	250,47	17.897,23
<b>8 - REVESTIMENTO E FORRO</b>						<b>62.391,29</b>
8.01	ST5076	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDE, 15 x 15 cm, AZULEJO, TIPO "A", APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-II, REJUNTADO, EXCLUSIVE EMBOCO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	58,64	98,61	5.782,22
8.02	ST2585	CHAPISCO EM PAREDES VERTICAIS TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESURA 0,5CM, PREPARO MECÂNICO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
8.03	ST2589	EMBOCO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE, ESPESURA DE 10MM - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	19,93	127,27	2.536,88
8.04	ST2587	REBOCO VERTICAL, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, ESPESURA DE 20MM - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	32,81	341,73	11.212,08
8.05	ST2622	REVESTIMENTO EM CERÂMICA 10 X 10 CM, ELIZABETH, PEI -5, OU SIMILAR, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE AC II E REJUNTAMENTO INDUSTRIALIZADO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	62,89	487,04	30.627,86
8.06	ST2869	REVESTIMENTO PARA MOSAICO HONDRIAN EM CERÂMICA 10 X 10 CM, ELIZABETH, DIVERSAS CORES, PEI -5, OU SIMILAR, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE AC III E REJUNTAMENTO INDUSTRIALIZADO AC III - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017)- DESONERADO	M2	88,53	108,20	9.538,71



Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3294 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: RT, 85% - SINAPI  
DATA BASELIMNAÇÃO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERINT. OBRAS PLANO GOB. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
8.07	872586	CHAPISSO TETO/HORIZONTAL APLICADO COM COLHER DE PNEUMÁTICO; MONTAGEM TRACO 1x3 COM PERFORADOR EM BETONEIRA 400L - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	8,35	253,58	1.610,14
8.08	872588	REBOCO TETO/HORIZONTAL, EM ARGAMASSA TRACO 1x2x0, ESPESURA DE 20MM, COM EXCUTÃO DE TALISCAS. - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	30,90	34,02	1.044,43
<b>9 - PINTURA</b>						<b>21.712,10</b>
9.01	872696	EMASSAMENTO COM MASSA ACRILICA, DUAS DEMAS, EM PAREDES INTERNAS/EXTERNAS, INCLUSIVE LIXAMENTO - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	5,13	358,74	1.010,19
9.02	773739/1	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAS (Código SINAPI - 773739/1 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	14,69	81,38	1.195,44
9.03	773926/2	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMAS, SOBRE SUPERFÍCIE METALICA (Código SINAPI - 773926/2 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	24,03	83,17	2.998,24
9.04	878349	APLICACAO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LATEX ACRILICA EM PAREDES INTERNAS/EXTERNAS, DUAS DEMAS. - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	9,34	358,74	3.350,39
9.05	735305	TEXTURA ACRILICA, APLICACAO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMAS, AF 09/2016 (Código SINAPI - 735305 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	10,18	2,53	25,74
9.06	788483	APLICACAO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LATEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMAS. AF 06/2014 (Código SINAPI - 788483 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	7,70	1.515,20	11.672,55
9.07	755940	IMONIZACAO DE MADEIRAMENTO PARA COBERTURA UTILIZANDO CUPINICIDA INCOLOR (Código SINAPI - 55940 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M3	7,95	221,75	1.679,55
<b>10 - PAVIMENTACAO</b>						<b>38.820,92</b>
10.01	872848	LAGE DE IMPERMEABILIZACAO DE CONCRETO, PREPARO MECANICO, - (Código SINAPI - 872848 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M3	-	-	0,00
10.02	872849	APLICACAO DE RESINA A BASE DE POLIURETANO EM PISO DE GRANILITE/ALTA RESISTENCIA EM TRES DEMAS - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
10.03	872455	CALCADA DE PROTECAO/CONTORNO - (LARGURA= 0,60M) SUPPLAN/SINAPI (JUN/2017)- DESONERADO	M	151,31	165,62	25.046,35
10.04	875223	CALCADA DE PROTECAO/CONTORNO - SUPPLAN/SINAPI (JUN/2017)- DESONERADO	M2	186,43	6,50	1.211,90
10.05	872691	REGULARIZACAO DE BASE PARA REVESTIMENTO DE PISO, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:1, COM ESPESURA DE 3CM - SUPPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	17,89	1,00	17,89

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 106.142/737-9  
CPF: 030.415.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 85% - SINAPI  
DATA BASE/INSCRIÇÃO: 2013  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERIN.OBRAS PLANO DER.ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdl	Quant	Valor Total
10.06	872847	PISO EM GRANILITE, MARMORIITE OU GRANITINA ESPESURA 8 MM, INCLUSIVE JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICA, INCLUSIVE REGULARIZAÇÃO E POLIMENTO SUPLEN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
10.07	872229	PISO EM CERÂMICA FAR. ELIZABETH (48 X 48)CM, PEI-5, TIPO A, OU SIMILAR, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO INDUSTRIALIZADO - SUPLEN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M2	44,04	45,74	2.005,80
10.08	T92396	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 20 CM, ESPESURA 6 CM. AP.12/2015 (Código SINAPI - 92396 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	67,47	101,00	6.814,94
10.09	874013	RAMPA EM CALÇADA DE PASSEIO EM CONCRETO PARA ACESSIBILIDADE DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNEI), EXECUTADA CONCRETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE SINALIZAÇÃO TÁTIL DE ALERTA E SINALIZAÇÃO UNIVERSAL EM TINTA ALÍQUILA-ESTIPEINADA 10,00 X 1,60M - SUPLEN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	UM	223,70	1,00	223,74
10.10	880328	APRESENTAMENTO COM O, COM GR. ATERR. VEGETAL (GRAMA + ATERRO VEGETAL) - SUPLEN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	M2	40,88	62,00	2.534,31
<b>11 - INSTALAÇÕES HIDRAULICAS - LOUÇAS E METAIS</b>						<b>32.339,96</b>
11.01	873146	REGISTRO PRESSÃO DE 3/4" COM CANGULA ACAIAMENTO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLEN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	UM	116,01	5,00	580,03
11.02	874064	CABIDE/GANCHO DE BANHEIRO DE LOUÇA, NA COR BRANCO, INCLUSIVE FIXAÇÃO - SUPLEN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	UN	17,70	3,00	53,10
11.03	873892	CHUVEIRO PLÁSTICO BRANCO COM CANGULA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLEN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	UM	46,13	1,00	46,12
11.04	T98709	RALO DIFUSADO, PVC, EM 100 E 40 -94, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AP.12/2014 (Código SINAPI - 89709 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UM	14,01	7,00	102,02
11.05	875592	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE ÁGUA GELADA EM CHAPA PRÉ-FABRICADA BRANCA COM ISOLAMENTO EM POLIURETANO, RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM FIBRA COM CAPACIDADE PARA 1000L, CONTROLE DE TEMPERATURA ENTRE -5°C E -15°C, CARTUCHO ELIMINANTE EM FIBRA DE CELULOSE, ESPRIMIDOR COM 05 TORNEIRAS EM AÇO INOX 304, UNIDADE CONDENSADORA COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E RUÍDO E CAPACIDADE DE 1/3 HP E TUBULAÇÃO FRIGORÍFICA ESTANHADE PARA GARANTIR A QUALIDADE DA ÁGUA - SUPLEN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	UM	8.196,47	1,00	8.196,46
11.06	T98910	TORNEIRA CROMADA TUDO ROVEL, DE PARQUE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AP.12/2013* (Código SINAPI - 86910 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UM	143,52	2,00	287,03



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 143.147.737-9  
CPF 030.435.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3294 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: 87,85% - SINAPI  
DATA BASE: MARÇO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERIN.OBRAS PLANO DES.ENTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdl	Quant	Valor Total
11.07	873936	TORNEIRA CROMADA DE REDE, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, TIPO BICO DE PATO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013 (Código SINAPI - 86313 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	160,52	5,00	802,61
11.08	873207	LAVABOIRAS/TANQUE EM RESILINHA SUSPENSAS, CAPACIDADE *38" L, *60 X 60CM, COM SIFÃO EM PVC DE 1 1/2" E VALVULA EM PVC DE 1 1/2". EXCLUSIVE TORNEIRA - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	UN	222,27	1,00	222,27
11.09	875584	BANCADA EM MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA - L=1,50M (FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO) - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) DESONERADO	UN	617,15	1,00	617,15
11.10	T98794	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPIA CROMADOS, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE SIFIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 (Código SINAPI - 94794 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	219,54	7,00	1.536,80
11.11	T86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUIDO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013 (Código SINAPI - 86931 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	939,89	3,00	2.819,67
11.12	874536	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE/JARDIM, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO SUPLAN/SINAPI (JUN/17) DESONERADO	UN	59,03	7,00	413,24
11.13	873586	CAIXA D'ÁGUA DE FIBRA DE VIDRO C/ CAPACIDADE DE 5000 LITROS, INCLUSIVE TORNEIRA METÁLICA DE BOIA VAZÃO TOTAL PARA CAIXA D'ÁGUA, 3/4", COM PARTE METÁLICA E BALÃO PLÁSTICO E CONEXÕES - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) DESONERADO	UN	4.224,23	1,00	4.224,23
11.14	T95547	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML, INCLUIDO FIXAÇÃO. AF_10/2016 (Código SINAPI - 95547 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	117,13	5,00	585,63
11.15	T95005	COFELHO CRISTAL, ESPESURA 4MM, COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO, SEM MOLDURA (Código SINAPI - 85005 Ref. Junho/2017 Desonerado)	RQ	675,34	3,20	2.161,07
11.16	872531	BANCADA/BALCÃO EM GRANITO CINZA PARA BANHEIRO, COM LARGURA DE 50CM, REPELDO DE 10CM E TESTEIRA DE 5,0CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado.	M	440,55	7,10	3.127,89
11.17	874756	CASIDE DUPLO EM AÇO INOX, SECA 1-EP. 2060 CM3 OU SIMILAR, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M	161,41	2,10	339,36
11.18	874500	CUBA / LAVATÓRIO DE CANTO EM LOUÇA BRANCA (40 X 30)CM, APRESENTA CUBA / LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	UN	354,50	2,00	709,00

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 100.142.737-9  
CPF 039.435.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: 87,85% - SINAPI  
DATA BASE/MAIO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERIN.OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ R\$3.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
11.19	875743	VASO SANITARIO COM CAIXA ACOPLADA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, LINHA STYLUS EXCELLENCE, 54389/54510, CELITE OU SIMILAR, INCLUSIVE ASSENTO LINHA CELITE STYLUS REF. 54981 OU SIMILAR, CONJUNTO DE FIXAÇÃO, ANEL DE VEDACAO E ENGATE PLASTICO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	UN	939,89	2,00	1.879,78
11.20	873027	BANCO ARTICULADO PARA BANHO, EM AÇO INOX POLIDO, 70" CM X 45" CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Jun/2017 Desonerado	UN	1.167,24	2,00	2.334,48
11.21	873216	CUBA / LAVATORIO EM LOUÇA BRANCA SUSPENSO (29,5 X 39)CM, COM SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4" X 1.1/2". VÁLVULA EM NYLON CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" E ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM, EXCLUSIVE LORMEIRA. - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	UN	167,16	3,00	501,47
11.22	873135	TOALHEIRO PLÁSTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado.	UN	120,53	5,00	602,66
11.23	872919	DISPENSOR EM PLÁSTICO PARA PAPEL HIGIENICO EM ROLO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	UN			0,00
<b>12 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS</b>						<b>5.411,82</b>
12.01	T88709	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 12/2014 (Código SINAPI - 8970) Ref. Junho/2017 Desonerado	UN	14,45	7,00	101,13
12.02	T91785	TUBO/REDE PVC, SÉRIE N, ESGOTO PRESSIONAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRIMEIRA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PREÇOS. AF 10/2018 (Código SINAPI - 91785 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M	49,34	40,00	1.973,50
12.03	873634	CAIXA INSPECÃO/PASSAGEM/CORDURA/DISTRIBUIÇÃO (40X40X40)CM, REVESTIDO INTERAMENTE CIMENTO E AREIA, INCLUSIVE TAMPA - SUPLAN/SINAPI (JUN.2017) DESONERADO	UN	134,15	1,00	134,15
12.04	874320	CAIXA INSPECÃO/PASSAGEM/CORDURA/DISTRIBUIÇÃO (50X50X50)CM, REVESTIDO INTERAMENTE CIMENTO E AREIA, INCLUSIVE TAMPA - SUPLAN/SINAPI (JUN.2017) DESONERADO	UN	170,30	4,00	781,19
12.05	872410	PONTO DE ESGOTO SANITÁRIO COM TUBULAÇÃO DE PVC, INCLUSIVE RASGO E CUBRIMENTO - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	UN	138,70	14,00	1.934,73
12.06	873608	CAIXA INSPECÃO/PASSAGEM/CORDURA/DISTRIBUIÇÃO (60X60X60)CM, REVESTIDO INTERAMENTE CIMENTO E AREIA, INCLUSIVE TAMPA - SUPLAN/SINAPI (JUN.2017) DESONERADO	UN	243,56	2,00	487,12
12.07	875387	FOSSA SEPTICA COM SUMIDOURO E CAPACIDADE PARA 100 PESSOAS, INCLUSIVE ESCAVACAO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN		-	0,00



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 160.142.737-9  
CPF 030.475.384-12

Obra: REPROGRANÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: 47,85% - SINAPI  
DATA BASE/MARÇO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERIN. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vir. Unit. C/ bdi	Quant	Valor Total
<b>13 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFÔNICAS E MECÂNICAS</b>						<b>51.299,09</b>
13.01	875593	LUMINÁRIA TIPO BRACO DE TEMPO LONGO COM LAMPADA ECONOMICA -SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) DESONERADO	UN	74,74	14,00	1.046,36
13.02	874330	CAIXA INSPECÃO/PASSAGEM/CONDURA/DISTRIBUIÇÃO (50X50X50)CM, REVESTIDO INTERAMENTE CIMENTO E AREIA, INCLUSIVE TAMPA - SUPLAN/SINAPI (JUN.2017) DESONERADO	UN	195,30	4,00	781,19
13.03	873668	CAIXA INSPECÃO/PASSAGEM/CONDURA/DISTRIBUIÇÃO (60X60X60)CM, REVESTIDO INTERAMENTE CIMENTO E AREIA, INCLUSIVE TAMPA - SUPLAN/SINAPI (JUN.2017) DESONERADO	UN	243,56	1,00	243,56
13.04	T74130/1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (Codigo SINAPI - 7413/1 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	23,40	10,00	234,03
13.05	T91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF 12/2015 (Codigo SINAPI - 91953 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	22,19	17,00	377,23
13.06	T91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF 12/2015 (Codigo SINAPI - 91959 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	35,33	6,00	212,00
13.07	875007	LUMINÁRIA TIPO CALHA, ALSTADA DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	199,74	57,00	11.385,27
13.08	874731	LUMINÁRIA DE EMERGENCIA 2 X 8W FLUORESCENTE, COM CHAVE SELETORA P/ FUNÇÕES (DESILICADO/01 LAMPADA/02 LAMPADAS), AUTONOMIA DE 3 A 6 HORAS, FIXADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	30,08	8,00	240,63
13.09	875272	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 10 A, PADRAO DIN (EUROPEU - LINHA BRANCA), CURVA C, 56A - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	131,20	1,00	131,19
13.10	T93126	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHAMAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LAMPADA), AF 03/2016 (Codigo SINAPI 93126 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	169,43	95,00	16.096,28
13.11	T93141	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHAMAMENTO, AF 03/2016 (Codigo SINAPI - 93141 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	213,13	18,00	3.836,42
13.12	T93143	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 20A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHAMAMENTO, AF 03/2016 (Codigo SINAPI - 93143 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	220,63	12,00	2.647,55

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 160.142.737-9  
CPF 030.435.384-12

**Obra:** REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Nome:** 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Descrição:** ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 7,99% - SINAPI  
DATA BASE: MAIO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
**Orgão:** SUPERIN. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 883.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant.	Valor Total
13.13	ST4860	PONTO P/AR CONDICIONADO(TUBUL.,C/ -AIRSTOP E FIAÇÃO) - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	241,23	2,00	482,46
13.14	T93144	PONTO DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, RESIDENCIAIS, INCLUINDO SUPORTE E PLACA, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, BARRA, QUEBRA E CHAMAMENTO - AF.03/2018 (Código SINAPI - 93144 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	269,47	15,00	4.042,05
13.15	T74131/5	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 24 DISJUNTORES TERMO-MAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (Código SINAPI - 74131/5 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	710,95	1,00	710,95
13.16	ST2936	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 12 DISJUNTORES TERMO-MAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	UN	481,05	1,00	481,04
13.17	ST3305	PONTO DE TOMADA PARA TELEFONE(TOMADA, CAIXA ELETRODUTO, CONEDES E FIOS) - SUPLAN/SINAPI(JUN./2017) - Desonerado	UN	244,00	3,00	731,99
13.18	ST5360	PONTO PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO, COMPOSTO DE: ELETRODUTO CONCRETE PVC RÍGIDO 3/4", TOMADAS FEMEAS, TIPO JACK RJ-45, 08M DE CABO LOGICO UTP 4 PARES-CATEGORIA 6, SENDO PARA PÁDÓS E VDS (QUANDO NECESSÁRIO) - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	472,15	1,00	472,15
13.19	ST4946	BOMBA SUBMERSA L-660 220V - SA 3/4 280 WATTS POÇO 6 PUM E CO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	UN	472,15	1,00	472,15
13.20	ST5595	REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICA COM 04(03FASES+01NEUTRO)CABOS DE COBRE ISOLADOS DE 2,5MM² ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV COM ELETRODUTO 3/4"- SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	M	50,04	25,00	1.250,95
13.21	T63403	INTERRUPTOR PULSADOR DE CAMPAINHA 00 MINUTERIA 2A/250V C/ CAIXA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (Código SINAPI - 83403 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	19,79	1,00	19,79
13.22	ST3617	ENTRADA DE ENERGIA TRIFÁSICA PARA RUEDA DE ALIMENTAÇÃO COM 04 CABOS DE 10MM² ISOLADOS DE 1,0KV, EM PÓRTE DE CONCRETO ARMADO DT-150/01, COMPLETA(ARRUELIAS, CAMBOS, BUCHAS, QUADRO DE MEDIÇÃO, DISJUNTOR GERAL, ELETRODUTOS, CABOS, TERMINAIS, CAIXAS DE ALVENARIA E MALHA DE ATERRAMENTO) - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	2.273,00	1,00	2.273,00
13.23	ST3839	LUMINÁRIA DE SOBREPON/EMBUTIDA FLUORESCENTE ALETADA, ALETADA, COM REATOR DE PARTIDA SÉRIE E LÂMPADA FLUORESCENTE 520W, COMPLETA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - DESONERADO	UN	136,37	24,00	3.272,88



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 15.142.737-9  
CPF 038.485.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 854 - SINAPI  
DATA BASE (MARÇO/2023)  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Órgão: SUPERINT. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 603.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
<b>14 - ELEMENTOS DECORATIVOS, MOBILIÁRIO</b>						<b>12.349,02</b>
14.01	ST3224	ARREJAMENTO DE LETREIROS COM TINTA ACRÍLICA - SUPLAN/SINAPI (Junho/2017) - Desonerado	UN	12,05	24,00	289,09
14.02	ST3223	LOGOTIPO DO GOVERNO DO ESTADO - SUPLAN/SINAPI (Junho/2017) - Desonerado	UN	1.649,92	1,00	1.649,92
14.03	ST3242	PLACA DE INAUGURAÇÃO, EM BRONZE 60 X 40 CM COM INSCRIÇÕES E AS CARACTERÍSTICAS DA LOGOMARCA DO GOVERNO DO ESTADO VAZADAS E FINIADAS, INSTALADA SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) DESONERADO	UN	1.512,79	1,00	1.512,79
14.04	ST3551	MASTRO METÁLICO COM TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 3", COM ALTURA DE 5,50M, FIXADO EM BLOCO DE CONCRETO DE 0,30M X 0,30M X 0,50M - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	UN	759,09	2,00	1.518,17
14.05	ST3487	MASTRO METÁLICO COM TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 3", COM ALTURA DE 5,50M, FIXADO EM BLOCO DE CONCRETO DE 0,30M X 0,30M X 0,50M - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	UN	753,49	1,00	753,49
14.06	ST6410	QUADRO DE GIZ EM LAMINADO LOCALIZADO COM MOLDEIRA EM MADEIRA DE SRI, MEDINDO 3,20 X 1,00M - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. SUPLAN/SINAPI (JUN 2017) - DESONERADO	UN	904,14	4,00	3.616,57
14.07	T33735/2	EXTINTOR INCENDIO AGUA-PRESSURIZADA 10L INCL SUPORTE PAREDE CARGA COMPLETA FORNECIMENTO E COLOCACAO (Codigo SINAPI - 73773/2 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	355,23	1,00	355,23
14.08	ST3113	LOGOTIPO DE PREFEITURA MUNICIPAL - SUPLAN/SINAPI (Junho/2017) - Desonerado	UN	1.649,92	1,00	1.649,92
14.09	ST3507	GRADIL COM BARRA NA HORIZONTAL DE 1 1/2" X 1/4", COM BARRA ONTADA A CADA 10CM DE 1" X 1/4" E COLUMAS EM METALON DE 50 X 50CM A CADA 1,50M - FORNECIMENTO E INSTALACAO - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	VG		3,00	9,00
14.10	T33735/1	EXTINTOR INCENDIO TP QUIMICO 4-05 FORNECIMENTO E COLOCACAO (Codigo SINAPI - 73773/1 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	341,93	2,00	683,85
<b>15 - LIMPEZA, ENTREGA DA OBRA</b>						<b>3.216,14</b>
15.01	T9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA (Codigo SINAPI - 9537 Ref. Junho/2017 Desonerado)	ME	2,92	604,00	1.763,40
15.02	ST4613	DOTA-FORE (CARGA MANUAL, TRANSPORTE E DESCARGA MECANICA, CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3) ATÉ 5,00KM - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	MS	40,30	36,00	1.450,74
Valor dos serviços desta etapa:					-	<b>639.379,17</b>
Etapa: ETAPA 03: RECRUTO OBRERO						-
<b>1 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						<b>0,00</b>

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF-030.935.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: 87,85% - SINAPI  
DATA BASE: MARÇO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERIN. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
1.01	BT4077/3	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATIVIDADE DE CANTO DE TRABALHOS CONDIÇÕES PONTUAIS, COM REAPROVEITAMENTO DE 3 VEZES. (Código SINAPI - 74077/3 - Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	-	-	0,00
<b>2 - MOVIMENTO DE TERRA</b>						<b>81,52</b>
2.01	BT2434	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA EM MATERIAL DE QUALQUER CATEGORIA, EXCETO ROCHA COM PROFUNDIDADE ATÉ 2M - SUPLAN/SINAPI (JUN./2017) - Desonerado	M3	46,17	1,77	81,52
2.02	BT5143	ALVENARIA/EMBASSAMENTO C/PEDRA ARGAMASSADA UTILIZANDO ARG.CIN/AREIA 1:4. (Código SINAPI - 95467 - Ref. Junho/2017 com Desoneração)	M3	-	-	0,00
<b>3 - FUNDAÇÃO</b>						<b>1.079,48</b>
3.01	BT5767	CONCRETO MACIO/SIMPLES, TRAÇO 1:1:1 (CIMENTO:AREIA:BRITA GRANÍTICA)* - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	M3	461,89	0,70	322,86
3.02	BT2568	CONCRETO ARMADO (PREPARO E LANÇAMENTO) PARA SAPATAS COM FCK >= 25MPA, COM FORMA DE TANGA, COM APROVEITAMENTO DE 3 VEZES, COM BETONEIRA - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M3	2.012,30	0,38	756,62
3.03	BT2739	CONCRETO ARMADO (PREPARO E LANÇAMENTO) PARA RADIER COM FCK=25MPA, COM TABUA DE MADEIRA, COM APROVEITAMENTO DE 3 VEZES COM BETONEIRA - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M3	-	-	0,00
<b>4 - ESTRUTURA</b>						<b>9.195,85</b>
4.01	BT2574	FIJARES COM FCK=25MPA, COM FORM. EM CHAPA DE MADEIRA COM- PENSADEIRA REFINADA, COM	M3	5.401,70	1,70	9.195,85
<b>5 - ALVENARIA</b>						<b>0,00</b>
5.01	BT2593	ALVENARIA DE 1/2 VED. VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS 9 X 19 X 19 CM FUROS HORIZONTAIS, ESPESSURA DA PAREDE 9 CM, JUNTAS DE 10 MM COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
<b>6 - COBERTA</b>						<b>14.107,24</b>
6.01	BT2545	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRELA PONTUAIS DE MADEIRA NÃO ARABIZADA PARA TELHADO COM ATÉ 2 ÁGUAS E PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AP 1.1/2013 (Código SINAPI - 92565 - Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	39,61	83,16	3.293,63
6.02	BT2613	COBERTURA COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL DE 1*, COM ARGAMASSA DE CIMENTO, CAL BATIDA E AREIA SEM PENSAR, NO TRAÇO 1:2:9 - SUPLAN/SINAPI (JUN/2017) - Desonerado	M2	104,78	83,16	8.711,53
6.03	BT4221	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMPROVADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AP 06/2016 (Código SINAPI - 94221 - Ref. Junho/2017 Desonerado)	M	21,56	12,60	276,63



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 340.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

**Obra:** REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Nome:** 3296 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
**Descrição:** ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 854 - SINAPI  
DATA EMISSÃO: MARÇO/2015  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2015  
**Orgão:** SUPERIN. OBRAS PLANO DES. ESTADO

**Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula**

**Total:** R\$ 883.241,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vir. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
6.04	T92260	INSTALAÇÃO DE TESCOIRA (LINTEIRA OU MEIA), BIAPOLADA, EM MADEIRA NÃO APARELHADA, PARA VÍDEO MAIORES OU IGUAIS A 6,0 M E MENORES QUE 8,0 M, INCLUSIVE IÇAMENTO. AF 12/2015 (Código SINAPI - 92260 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	456,36	4,00	1.825,44
<b>7 - REVESTIMENTO</b>						
7.01	972587	REBOCO VERTICAL, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:1:10, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, ESPESSURA DE 20MM - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
7.02	972669	REVESTIMENTO PARA MÓDULO PENDURADO EM CERMICA 10 X 10 CM, ELIZABETH, DIVERSAS CORES, PBI -3, OU SIMILAR, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE AC 111 E RESENTAMENTO INDUSTRIALIZADO AC 111 - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	88,53	75,51	6.684,73
7.03	972585	CHAFISCO EM PAREDES VERTICAIS TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECÂNICO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	4,28	6,03	25,78
<b>8 - PISOS</b>						
8.01	972849	LAGE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE CONCRETO, PREPARO MECÂNICO, - (Código SINAPI - 94162 Ref. Junho/2017 Desonerado)	M2	460,15	0,24	110,43
8.02	972647	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA, ESPESSURA 8 MM, INCLUSIVE JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICAS, INCLUSIVE REGULARIZAÇÃO E POLIMENTO SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
8.03	972849	APLICAÇÃO DE RESINA À BASE DE POLIURETANO EM PISO DE GRANILITE/ALTA RESISTÊNCIA EM TRÊS DEMADOS - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017)* - Desonerado	M2	-	-	0,00
<b>9 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA</b>						
9.01	T93141	PARTE DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUSIVE TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHAMBAMENTO. AF 01/2016 (Código SINAPI - 93141 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	213,13	4,00	852,53
9.02	T93128	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUSIVE INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHAMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF 01/2016 (Código SINAPI - 93128 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	169,43	4,00	677,73
9.03	972888	REFLETOR 100W LED DIM SUPER BRANCO BIVOLT, COM LÚZ: BRANCO FRIO 6000K, LÂMINAS/GR: 1500 LÚMEN, CARCAÇA: ALUMÍNIO COM UNDA OU PRETA, ÂNGULO: 120°, VOLTAGEM: AC 90-240V (BI-VOLT) COM LÚZ: BRANCO FRIO - SUPLAN/SINAPI (JUNHO/2017) - Desonerado	UN	388,14	4,00	1.552,54
9.04	T91943	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2015 (Código SINAPI - 91943 Ref. Junho/2017 Desonerado)	UN	9,27	1,00	9,27

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 150.142.737-9  
CPF 030.435.384-12

Obra: REPROGRAMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Nome: 3096 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR COM 04 SALAS DE AULA, EM REMÍGIO  
Descrição: ENCARGOS SOCIAIS: 67,05% - SINAPI  
DATA BASE/MARÇO/2023  
DATA DO ORÇAMENTO: MAIO/2023  
Orgão: SUPERINT. OBRAS PLANO DES. ESTADO

Planilha Orçamentária para Conclusão da Escola com Quatro Salas de Aula

Total: R\$ 683.243,74

Item	Cód.	Serviço	Und.	Vlr. Unit. C/ bdi.	Quant	Valor Total
9.05	TS1927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF 12/2013 (Código SINAPI - 91917 Bat. Junho/2017 (desobsoleto)	M	4,70	30,00	140,97
Valor dos serviços nesta etapa:						34.517,97
Etapa:	ETAPA GERAL					-
1 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL						9.344,60
1.01	377135	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - PESSOAL	UN	1.438,00	2,00	2.876,00
1.02	377136	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - DESPESAS GERAIS MENSAIS	MÊS	660,41	4,00	2.642,44
1.03	377137	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - DESPESAS GERAIS FIXAS	UN	-	-	0,00
1.04	377138	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	MÊS	956,54	4,00	3.826,16
1.05	377139	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - MOVEIS E UTENSÍLIOS	UN	-	-	0,00
Valor dos serviços nesta etapa:						9.344,60
Total da Obra:						683.243,74





Composição de Encargos Sociais –  
 Obra para Conclusão da construção de Unidade Escolar com quatros salas de aula no  
 bairro Pé Cicero – Remigio - PB.

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENNI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,02%	Não incide	18,02%	Não incide
B2	Feriados	4,31%	Não incide	4,31%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90%	0,69%	0,90%	0,69%
B4	13º Salário	10,79%	8,33%	10,79%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,98%	Não incide	1,98%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
B9	Férias Gozadas	13,86%	10,70%	13,86%	10,70%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	50,79%	20,46%	50,79%	20,46%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,56%	3,53%	4,56%	3,53%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	0,51%	0,40%	0,51%	0,40%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,13%	3,20%	4,13%	3,20%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,30%	0,38%	0,30%
C	Total	9,69%	7,51%	9,69%	7,51%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,53%	3,44%	18,60%	7,53%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38%	0,30%	0,41%	0,31%
D	Total	8,91%	3,74%	19,10%	7,84%
TOTAL(A+B+C+D)		87,85%	48,51%	116,38%	72,61%





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

23.33%

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 170.142.737-9  
CPF: 070.435.384-12

OBRA: Conclusão da construção de Unidade Escolar com quatro salas de aula  
ENDEREÇO: Bairro Pé Cicero – Remigio - PB, CEP 58398-000

MEMORIAL DE CÁLCULO- COMPOSIÇÃO DO BDI

COMPOSIÇÃO DO BDI		
	DESCRIÇÃO	Média
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2,00%
L	LUCRO	6,16%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%
S+G+R	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	1,77%
S	Seguros	0,40%
G	Garantia	0,40%
R	Riscos	0,97%
I	IMPOSTOS	10,15%
	ISS*	2,00%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	CPRB**	4,50%
	BDI	23,33%

Onde:

AC – é a taxa de rateio da administração central;

S – é uma taxa representativa de Seguros;

R – corresponde aos riscos e imprevistos;

G – é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF – é a taxa representativa das despesas financeiras;

L – corresponde ao lucro bruto;

I – é a taxa representativa dos impostos (ISS, PIS, COFINS e INSS);

Obs.:(\*) % de ISS considerando 5% sobre 40% do preço de venda.

(\*\*) % de CPRB foi incluído no BDI em virtude da Lei 12844/2013 e desonerado dos encargos sociais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 09.948.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 000.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

**Obra: Reprogramação para Conclusão de Construção de uma Escola de 04 Salas de Aula (Projeto Padrão) no Bairro Padre Cícero, no Município de Remígio.**

**Local: Bairro Padre Cícero, no Município de Remígio.**

## **1 — CONSIDERAÇÕES**

Em se tratando de um projeto de conclusão de obra decorrida de um distrato é plausível observar que todos os serviços remanescentes devem obedecer ao disposto nas especificações originais, não sendo admitidas alterações que possam desvirtuar o objeto contratado, uma vez que o projeto padrão é patenteado. Contudo, pequenas adaptações foram realizadas no orçamento executivo a fim de adequar a realidade mercadológica das bases e índices da construção civil, principalmente aos dados de referência SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

### **1.1— CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A construção da escola teve seus serviços interrompidos quando o físico executado atingiu 58% do objeto contratado. A seguir elencamos os itens da planilha que já foram completamente ou parcialmente executados. Os serviços preliminares, movimento de terra infraestrutura, superestrutura estão executados em sua totalidade. Os serviços de pavimentação, paredes e painéis, revestimentos, esquadrias, cobertura e instalações foram executados de forma parcial, como pode ser conferido na planilha apresentada.

Os demais serviços não foram iniciados.

Os serviços de infraestrutura elencados na planilha apresentada se referem ao arrimo necessário para construção dos muros de divisa conforme projeto de contenção anexo.

Apesar do exposto do memorial que segue não foram suprimidas as especificações dos serviços que foram concluídos. Sendo aqui também apresentado para o melhor entendimento do que já foi realizado.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 000.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 050.142.737-9  
CPF 030.435.384-12

## 1.2 — CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ato de projetar uma Escola Padrão representa um modelo de atribuir materialidade ao ideal ou conceitual onde esta transação se dá a partir do desenvolvimento de um partido, destinado a utilização humana que se incorpore no solo com caráter de permanência.

Nesse contexto para definir o projeto, a integração do usuário, o ambiente construído, o ambiente natural, a metodologia educacional, a utilização de recursos materiais e técnicas dos conceitos de sustentabilidade traçam um caminho de crescimento criativo, evolutivo e inovador nas exigências de um mundo de produção, onde as crianças e jovens precisam de novas técnicas educativas, aplicáveis no espaço da sala de aula e os educadores, devem fomentar uma estrutura sólida para edificar a nova casa da educação e do desenvolvimento "A Escola."

Para definir o Projeto da Escola Padrão partimos do significado de Educar que é desenvolver a sabedoria interior, ou seja, é deixar surgir o homem e sua possibilidade.

Parâmetros básicos foram pontuados na concepção da Escola Padrão com referências a nortear as novas construções.

## 2 — Requisitos a Considerar.

Aspectos decorrentes das circunstâncias pré-existent e que influenciam nas decisões arquitetônicas, caracterizam determinantes para seleção dos terrenos compatíveis a implantação do edifício escolar, à considerar as condições do sítio, infra-estrutura existente, legislação em vigor, o entorno construído, os aspectos sócio-culturais e econômicos e as condicionantes físico-climáticas e ambientais, como ventos dominantes, topografia e proximidades de zonas industriais com índice de poluição significativos, fatores relevantes para seleção dos terrenos.

As Escolas devem situar-se em zonas consolidadas urbanisticamente e que ofereçam adequadas condições de segurança e salubridade. Considerar uma faixa envolvente com distância de 12m a proibição de edificar qualquer outra construção. Essa linha de orientação possibilita as condicionantes urbanas e climáticas específicas da zona em estudo, sem prejudicar as condições ambientais da edificação escolar.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 050.142.737-9  
CPF 030.435.384-12



PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 08.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 - Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio - PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 140.142.737-9  
CPF 030.435.384-12

Terrenos apropriados devem ter a disponibilidade de infraestrutura urbana, isto é, existência de saneamento básico, de rede elétrica, rede telefônica, transporte público coletivo compatíveis e evitar terrenos inundáveis e oriundos de aterro sanitário. As dimensões mínimas do terreno para atender as necessidades da escola padrão com 04 salas de aula seriam de (30,00m x 60,00m), totalizando uma área de 1.800 m<sup>2</sup> e dimensões mínimas do terreno para atender as necessidades da escola padrão com 04 salas de aula seriam de (30,00m x 50,00m), totalizando uma área de 1.500 m<sup>2</sup>. Nessas dimensões as escolas são projetos limitados a não possibilidade de ampliação. Portanto para a construção de ocupação progressiva em conformidade com a demanda de alunos e desenvolvimento das necessidades a ampliar, os terrenos seriam com dimensões (50,00m x 60,00m) para escola com 06 salas de aula e (50,00m x 50,00m) para escola com 04 salas de aula.

## 2.1 — Exigências Funcionais

O conjunto construído deve constituir um todo homogêneo e harmonioso, sendo a qualidade da sua concepção, depender do nível de adequação e desempenho de seus ambientes dentro dos aspectos ambientais de ordem técnica, funcional e estética o tratamento dos espaços e o enquadramento paisagístico, fatores a considerar para o desenvolvimento da sensibilidade do alunado.

Dentre as necessidades incorporar o conceito de escola inclusiva, isto é, ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, considerando que lhe deve ser facultada a possibilidade de acesso a todos os espaços de ensino, de apoio e sociais tanto no interior e exterior da edificação.

O bem-estar e o aproveitamento dos alunos estão condicionados pelos níveis de conforto do ambiente como: conforto térmico, qualidade do ar, conforto acústico, segurança, proteção ao meio ambiente, eficiência energética e eficiência dos recursos hídricos.

## 3. Programação dos Espaços e dimensionamento.

Considerando que a escola é um local de formação e sua natureza de uso traz no desenho esse objetivo propomos caracterizar com evidência na arquitetura, que abriga e proporciona as mais variadas relações, condicionadas a partir de seu uso. Os espaços projetados com finalidades diferentes estimulam e destinam a atividades diversificadas. A programação e o dimensionamento do

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 140.142.737-9  
CPF 030.435.384-12





PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 160.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

referido projeto para Escola Padrão têm como finalidade proporcionar uma flexibilidade construtiva.

### 3.1. Organização Espacial.

O modelo identifica parâmetros essenciais para o estabelecimento de um ambiente escolar que incorpore em sua arquitetura, espaços flexíveis e aglutinadores, que ofereçam condições compatíveis e com adequado grau de funcionalidade ao desenvolvimento da proposta pedagógica. Estabelece uma organização unificada implantada em um terreno que varia entre 1.800 m<sup>2</sup> para 06 salas de aula e 1.500 m<sup>2</sup> para 04 salas de aula de área e concentra todas as funções da escola sob a mesma estrutura, setorizados em blocos ligados por área livre, favorecendo as relações intra e inter-pessoais, além de estabelecer uma melhor compreensão da localização dos ambientes, facilitando a apropriação dos mesmos pelos usuários.

A tipologia em forma horizontal da edificação direciona os ambientes por polos funcionais. Alternar espaços-corredores com espaços – vivência - estreitando-se e alargando-se, abertos, onde pessoas se encontram, e trocam as experiências em um ponto de receptividade e convivência. Marcada por um totem e marquise em um espaço socializado diz respeito a área contígua a entrada principal, que intermedia a relação entre o espaço público - área externa a instituição e os ambientes da escola funcionando como um espaço de transição.

O projeto proposto apresenta dois polos: Unidade Administrativa: Diretoria, Secretaria, Arquivo, Sala de Professores. Unidade de Vivência / Apoio: Espaço Recreio, Jardim com bancos. Apoio: Cozinha, Depósito de Alimentos, Depósito de Limpeza, Paneleiro, Bateria Sanitária (masculino, feminino), Depósito Geral, Área de Serviço, (pia suja, tanque e sanitário de funcionário). Unidade Pedagógica: salas de aula, circulação. A sala de aula é um espaço determinante e de uso ocupacional mais frequente de aproximadamente 30 a 40 alunos. Através desta constante variável planejamos ambientes de 04 salas de aula a 06 salas de aula concebidas de modo a permitirem diferentes arranjos de layout ou a versatilidade a diferentes usos; a ventilação cruzada e iluminação natural redirecionada por aberturas suficientes, evitando o uso da luz artificial durante o dia.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 160.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

Aspectos utilizados pelos usuários, em decorrência da integração do espaço com os objetivos educacionais, fator positivo que envolve a própria ambientação externa da edificação com área verde e áreas de recreação. O pátio, espaço não coberto integrado ao corpo da edificação as crianças podem desenvolver atividades diversas o que possibilita a socialização dos alunos e da comunidade e promove o estudo do meio ambiente com atenção ao tratamento paisagístico em relação a arborização como também os diferentes tipos de recobrimento do solo, como areia, grama, terra e caminhos pavimentados.



### 3.2 Aspectos Construtivos

No corpo principal da edificação utilização de alvenaria convencional, tijolo, e concreto no fechamento final e o uso de diversos materiais que auxiliam na composição da fachada, vidro, ferro, madeira, todos esses dispostos de uma maneira para expressar o conceito.

Paredes em alvenaria de blocos cerâmicos comuns.

Laje pré-moldadas planas na área da cozinha e bateria sanitária e laje pré-moldada inclinada na administração, com espessura de 10 cm, concreto FCK= 20MPa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 158.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

Telha cerâmica, tipo canal, de primeira sobre estrutura de madeira e laje inclinada. Garantia de acessibilidade aos PNES, portadores de necessidades especiais em consonância com a ABNT NBR 9050.

Utilização de técnicas e materiais de construção valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade.

A compreensão da arquitetura do edifício será um valioso instrumento de aprendizagem e essa vivência como projetada para uma função tão especial, suas cores, efeitos texturais, sua orientação e solidez, são elementos que podem ser explicados para o aluno.

Essa arquitetura será representativa dos valores, expectativas e necessidades daqueles que vivenciam o espaço, respeitando suas diferenças e suas fases de desenvolvimento, compreendendo suas atividades e relações com o ambiente.

#### **4.0 Especificações, Materiais de Acabamentos e Cores.**

##### **4.1-Acesso Principal.**

Totem e marquise - Acabamento com tinta acrílica na cor cinza médio. Friso rebaixado na alvenaria da fachada, abaixo do letreiro com 2cm de espessura, na cor vermelho. (ver fachada anexo).

Elementos geométricos no totem nas cores primárias (amarelo, azul) pintura em textura acrílica.

##### **Alvenarias internas e externas.**

- Alvenaria de 1/2 vez com tijolos de 8 furos, e=15cm, assentadas com argamassa de 1:2:8 (cal, cimento e areia). Todas as alvenarias de elevação da edificação, conforme planta baixa, cortes e fachadas do projeto apresentado.
- Pilares estruturais - (interno e externo) - acabamento em pintura lavável, 100% acrílica sobre massa corrida, na cor primária conforme mostra em projeto, acima de 1,60 de altura.
- Portas e Forras - acabamento em madeira de lei, com pintura em esmalte sintético acetinado (interno e externo), com fundo branco fosco, na cor cinza platina.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 158.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12



PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remigio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF 030.435.384-12

- **Esquadrias de Ferro/ vidro (Básculas)** - acabamento em ferro, tipo básculas, com pintura sobre fundo zarcão anti-corrosivo e esmalte sintético acetinado, na cor platina. Vidro tipo fantasia **martelado** com 4mm de espessura.

- **Ferragens** - fechadura para porta externa, com cilindro e com maçaneta do tipo taco de golfe com especificação e referência na planilha anexo. Ferrolho tipo pistola em latão cromado de 3" (DART) para as portas dos sanitários. Fechadura para portão de ferro de sobrepor, com cilindro regulável, nos portões de ferro. Cadeado de 35mm, nos gradis de ferro para reforço de segurança.

- **Elementos vazados** - acabamento em concreto de dimensões (30x30x9) cm pintura a cal, na cor branco neve.

- **Cobertura** - acabamento em estrutura de madeira em toda escola exceto na administração. Madeiramento, apenas caibros e ripas no recreio coberto, apoiado sobre estrutura de madeira. Laje plana pré-moldada na área da cozinha, bateria sanitária e área de serviço. Laje inclinada pré-moldada na administração.

- **Telhas** - coberta em telha de cerâmica prensada de primeira, tipo canal, inclusive o capote. Algeroz em concreto com 20cm de largura e 3cm de espessura. Beira e Bico, nos beirais das cobertas que receberam laje inclinada. Emboçamento de cumeeira para telha cerâmica. Ver planta de locação e cobertura. Impermeabilização de lajes e algeroz. Ver planilha de especificação e orçamento.

- **Revestimentos e forro** - Azulejo branco (11x11 cm), rejuntado com pasta de cimento branco, nas áreas molhadas: cozinha, todos os sanitários, área de serviço, paneleiro, depósito de alimentos, depósito de material de limpeza. Na escola com 06 salas de aula o revestimento irá até o teto e na escola de 04 salas de aula o revestimento irá até 1,60m.

Chapisco de aderência para alvenarias verticais traço 1:3(cimento e areia) com 5mm de espessura.

Revestimento em superfície vertical em cerâmica impermeável com dimensões (10x10cm), nas alvenarias internas das salas de aula, circulações, inclusive pilares estruturais, na altura de 1,60m. Ver especificações em planilha.

**Pavimentação.**

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF 030.435.384-12





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 -- Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio -- PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 030.142.737-9  
CPF: 030.135.384-12

Pisos internos com laje de impermeabilização com  $e=0,08m$  no traço 1:4:8 (cimento, brita granítica e areia grossa) onde receberão o piso de granilite e piso cerâmico.

Piso cerâmico tipo A, PE1 V, com dimensões 20x20cm, liso, na cor branca, assentado com argamassa colante, com especificações e ambientes na planilha de quantitativos.

Piso em granilite, moldado no local, com acabamento polido ( $e= 1\text{ Omm}$ ) em quadrados 1,00x1,00m com junta plástica branca sentados em todos os ambientes exceto onde for o piso cerâmico.

Calçada de contorno em piso cimentado com largura de 0,60cm em todo perímetro da edificação e a calçada de acesso em piso cimentado com largura de 1,30cm nos acessos principais.

**- Pintura.**

Alvenaria de Fachada - pintura em tinta lavável sob emassamento com massa acrílica. Portas e forras/janelas de ferro/portões e grades de ferro, com base anticorrosivo, - pintura em esmalte sintético acetinado.

Detalhes de Fachada (figuras geométricas) - pintura em textura acrílica com corante.

Espaços internos e externos acima das barras em texturas, forros das lajes, beirais e elementos vazados.

Madeira da cobertura - pintura em toda madeira com tratamento cupinicida.

**- INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS:**

Os aparelhos sanitários são aparelhos que se destinam a fornecer água para fins higiênicos e a receber dejetos e águas servidas.

As bacias sanitárias serão de porcelana branca, providas de fecho hidráulico, que impede a passagem de gases provenientes do esgoto primário para o exterior das edificações.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 030.142.737-9  
CPF: 030.135.384-12



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 - Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio - PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF 030.435.384-12

Na bateria sanitária dos alunos a limpeza dos vasos sanitários será feita através de caixa de descarga plástica de sobrepor suspensa, locada no shaft e acionadas por alavancas, modelo COTESE, colocadas próximo as bacias sanitárias. As dos demais sanitários as caixas são acopladas nas bacias.

Os lavatórios serão de porcelana branca do tipo cubas, instaladas em bancadas de granito, conforme mostra o projeto arquitetônico

Para o controle de fluxo as torneiras serão de metal cromado de boa qualidade do tipo bico de pato de 1/2" (Celite, Deca, Docol), para os lavatórios nos sanitários. Na cozinha a torneira será de metal 3/4", cano longo

Os registros de gaveta e pressão serão de metal cromado (DECA, DOCOL ou CELITE) de boa qualidade e fabricados seguindo as especificações da ABNT.

Os chuveiros nos sanitários de professores/funcionários serão com acabamento plástico com canopla.

**Os acessórios hidro - sanitários:**

- Sifão tem a finalidade de receber águas servidas e encaminhá-las ao esgoto sem permitir que os gases formados nas tubulações tenham acesso ao interior da edificação. Será de PVC e instalado em todos os lavatórios, tanque e pias.
- As caixas e ralos sifonados serão de boa qualidade de PVC e com dimensões de acordo com as especificações.
- Os tubos de ligação flexível (engastes) serão de PVC.
- As válvulas para lavatórios e pias serão de PVC.
- Caixas de inspeção e gordura serão em alvenaria de 1/2 vez, bem acabados com tampa de concreto com puxadores e revestida internamente com argamassa e dimensões conforme o projeto.
- Será construído uni fossa séptica de câmara única com (4,40x2,55)m e H= 2,00m tipo IV, e um sumidouro para fossa com diâmetro de 3m e altura útil de 6,35m, tipo IV.
- Caixa d'água com capacidade aproximada de 10.000l e 01 cisterna com capacidade para 8.000l cada — conjunto com rede de alimentação/recalque.. Bóia de 3/4" em PVC para as duas.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF 030.435.384-12





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 150.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

- A lavanderia será em resiliênea na cor branca.
- Os cabides nos sanitários da administração e de usuários com necessidades especiais, cozinha e serviço serão do tipo gancho na cor branca.
- As papeleiras e saboneteiras de embutir serão de louça branca nos sanitários e de usuários com necessidades especiais.
- Os tubos de conexões da rede de esgoto primário e secundário receberão caixa seca e caixa sifonada com três entradas.
- Todas as instalações serão dimensionadas e executadas segundo as normas da ABNT, no que diz respeito a instalações prediais de água fria, esgoto sanitário e águas pluviais.
- **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFÔNICAS E DE INFORMÁTICA (caso exista):**

**Instalações Elétricas:**

Iluminação — a iluminação dos ambientes deverá ser calculada dentro dos índices estabelecidos pelas normas brasileiras. Tomando-se como base luminárias para lâmpadas fluorescentes com controle de ofuscamento.

A distribuição das luminárias nas circulações deve se posicionar em frente as portas das salas de aula e dos painéis de informações e avisos.

Externamente sugerimos valorizar a iluminação da edificação em todos os ângulos através de refletores com lâmpadas de vapor metálico enobrecendo os traços arquitetônicos da edificação. Em toda a extensão do muro luminárias tipo arandela com corpo em alumínio fundido para proteção contra as intempéries.

A iluminação da sala de bombas será feita por meio de luminária blindada à prova de gases, pó e vapores.

Tomadas — a distribuição das tomadas serão feitas a partir do layout dos móveis e equipamentos dos diversos ambientes exceto salas de aula.

Nas salas de aula serão colocadas quatro tomadas: uma ao lado do quadro e outra na parede oposta com  $h=1,60m$ . As outras duas serão colocadas nas paredes das janelas e dos elementos vazados em posição alta  $h=2,10m$ , para instalação de ventiladores.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 150.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.043.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 030.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

Na área da cozinha serão colocadas tomadas para o atendimento de pequenos equipamentos como geladeira, liquidificador, freezer e outros equipamentos.

As tomadas de todos os pontos de telefone a serem instaladas obedecerão aos padrões da Telebrás.

Todas as tomadas elétricas terão aterramento próprio, como exigido por normas brasileiras com especificação "senator line" de construção modular e de fabricação Siemens, por se tratar de um equipamento mais resistente ao uso constante de acionamento.

Interruptores — todos os ambientes terão interruptores distribuídos por seção de luminárias. Toda a iluminação será controlada individualmente em cada ambiente, exceto as circulações, áreas abertas. Essas luminárias serão comandadas diretamente dos quadros para evitar o uso indevido por parte de alunos. Nas salas de aula os interruptores deverão ficar junto ao quadro.

Quadros De Distribuição - estão localizados em armários com porta metálica de modo a proteger o acesso indevido aos dispositivos de proteção e controle dos circuitos.

Os quadros devem ser distribuídos de acordo com cada bloco e pavimento da escola, facilitando o uso por parte da administração. A especificação será da linha 8Gb Siemens Cernec confeccionadas em chapas de aço tratado com pintura eletrostática epóxi.

OBS.: Os fios, cabos e alimentadores deverão ser feitos com material anti-chamas, categoria 600V, do tipo Pirelli ou Siemens.

Telefonia — a distribuição dos pontos de telefonia seguirá a orientação dos layouts bem como a legislação vigente da Telebrás para tubulação e rede. No caso serão excluídas as tomadas nos ambientes das salas de aula.

Será colocado um ponto para telefone público no interior da escola, próximo a secretaria. Distribuidor Geral — o distribuidor geral será com dimensões (800 x 800 x 120) mm, ficando localizado na secretaria.

**Observação caso seja adaptada uma sala para a Informática** — na sala de aula para informática foram colocados os pontos para distribuição dos computadores a serem interligados por meio de rede de acordo com o layout do ambiente.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 030.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12





PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 167/142.737-9  
CPF: 030.415.384-12

Será colocado dentro da sala de aula de informática um quadro (400 x 400 x 120) mm por meio de cabos estruturados.

O projeto da rede lógica deve atender, dentro de modernas técnicas, as necessidades de comunicação de dados interna e externa. A tubulação da rede lógica será de 3/4", diâmetro mínimo a ser utilizado. As curvas dos eletrodutos de PVC pré-fabricados para bitolas iguais e superiores a 3/4" e as caixas de passagem serão em chapa de aço tratada, esmaltada interna e externamente por imersão.

**Pára-raios,** — serão do tipo válvula para 15KV fixados um em cada fase e instalados na estrutura do transformador.

O transformador será 75KVA, com tensões primárias em delta, extensões no secundário em estrela. De fabricação (Siemens, Cemec), a fixação no poste será por meio de um suporte em barras de ferro galvanizado.

O aterramento da subestação será feito com três hastes, para os pára-raios, carcaça e neutro dos transformadores e serão interligados por meio de cabos de #35mm em cobre n

A medição será feita por meio de painel para um medidor trifásico, localizado na própria subestação, confeccionado em chapas de ferro e pintura com proteção antiferrugínosa.

#### **- INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO:**

O projeto executivo obedecerá às normas da ABNT e os critérios vigentes do Corpo de Bombeiros.

As tubulações do sistema de combate a incêndio deverão ser executados completamente independentes dos demais existentes no prédio.

Rever: tubulação roscável em ferro galvanizado, quando em trechos aéreos ou aparentes. Tubulação roscável em PVC rígido em trechos enterrados a uma profundidade mínima de 0,60m em relação ao nível do solo. Quando sob o leito de ruas, os locais de tráfego de veículos, deverá permitir o recobrimento mínimo de 0,80m. Um sistema de pressurização da rede composto de dois motores-bomba sendo um elétrico e outro à explosão para atender ao funcionamento dos hidrantes à plena carga por duas horas.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 167/142.737-9  
CPF: 030.415.384-12



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF 030.435.384-12

O sistema de extintores móveis deverá prever unidades em localizações estratégicas, de fácil visualização e sem obstruções de acesso para sua rápida utilização.

**- PAISAGISMO:**

**Área externa:**

**Calçadas** — verificar as condições do entorno. As características do ambiente urbano, largura da rua ou avenida e da calçada, altura das construções, a presença de tubulações e de fiações aéreas e subterrâneas. A calçada deverá ser pavimentada com pedra rachinha.

**Solo** — áreas externas e internas:

O terreno deverá estar livre de detritos da obra, lixo e restos de construção.

Observar as instalações de telefone, hidráulica e elétrica nas áreas que receberão vegetação.

As áreas a serem plantadas, jardins e canteiros, a terra vegetal deverá ser colocada a 0,15m abaixo do nível das calçadas de proteção da edificação e das passarelas de circulação.

**Canteiros** — terão tubos de cimento com  $d \geq 0,80m$ , direcionando as raízes para baixo, de modo que o crescimento das mesmas não provoque o levantamento das calçadas ou pavimentação das vias.

**Vegetação** — Árvores, palmeiras, arbustos e florizações, gramas, conforme projeto e especificação.

A vegetação fornecida deverá ser entregue com boa formação para garantir um efeito visual de jardim formado.

Todas as mudas deverão estar em perfeito estado de sanidade e vigor, com torrão consistentes, englobando o sistema radicular e ter em largura e altura no mínimo catorze vezes o diâmetro do caule medido a 15cm do solo.

Todas as espécies vegetais deverão estar livres de pragas, doenças, ervas daninhas.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF 030.435.384-12





PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 166/142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

Todos os troncos de árvores deverão estar livres de machucaduras, inclusive por motivo de transporte.

Todas as espécies vegetais deverão ter torrão acondicionado em embalagem de sisal (biodegradável) ou plástico. No caso da embalagem ser de plástico deve-se ter maior cuidado ao retirar o torrão.

Recomendações a empresa responsável pela execução do projeto de paisagismo — jardim. Indicar o local onde inspecionar as plantas para que sejam aprovadas e selecionadas. Entregar a vegetação plantada e pega, e se responsabilizar por substituição de espécies mortas até 120 dias após o plantio.

Apresentar o orçamento para execução dos jardins considerando com base as planilhas de especificações e quantitativos com estimativas de custos da vegetação especificadas.

#### - SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

*Sistema de ar-refrigerado* — deverão ser instalados mediante os seguintes elementos: tipo, altura e outras dimensões, localização do equipamento, dutos e outros elementos como força e água, 01 (um) de 7.500 BTU's na diretoria e 01 (um) de 10.000 BTU's na sala de professor.

Deverão ser locados acima da linha de respiração (acima da cabeça dos ocupantes), com menores probabilidades de formação de correntes de ar. Evitar que ruídos provenientes do sistema atrapalhem as atividades pedagógicas.

*Instalações de sinalização e comunicação* — localizar na secretaria o botão de acionamento da cigarra de chamada de início e fim de aula, localizar no pátio coberto para sinalizar o início e o fim da aula.

*Instalação de gás* — locar os medidores de gás canalizado de acordo com regulamento da concessionária local. Os botijões serão locados em abrigos apropriados, arejado, recuado de janelas, portas, poços de inspeção de esgoto, ralos ou caixas de gorduras, poços ou fossas e do abrigo de energia elétrica.

*Coleta de lixo* — prever três fases de acondicionamento:

Uma coleta descentralizada em pequenos cestos de lixo nos diversos ambientes. Uma coleta seletiva.

Um depósito geral para o lixo que será levado ao seu destino final.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 166/142.737-9  
CPF: 030.435.384-12



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF: 030.465.384-12

*Acesso e estacionamento externo* - os veículos que levam e buscam os estudantes necessitam ter bem equacionada a sua movimentação para não causar transtornos ao trânsito. É necessário a compatibilidade das condições locais, pista de rolamento, fluxo normal de trânsito com as novas demandas a serem geradas (capacidade da escola, fluxo de movimento).

*Prevista uma vaga para portadores de necessidades especiais atendendo as recomendações da NBR 9050, da ABNT e o estacionamento interno para bicicletas e motos.*

***Vidros e espelhos:***

De acordo com o projeto de arquitetura serão utilizados vidros fantasia martelado, i em todas as janelas. A espessura do vidro é normalmente determinada em função da área das aberturas das esquadrias, altura em relação ao sol e exposição a ventos fortes dominantes. Não podendo ter espessura inferior à 4mm.

Serão previstos espelhos de 3mm, sobre base em madeira compensada de 10mm e moldura em madeira de lei na cor natural à 1,10m do piso nos lavatórios, dos portadores de necessidades especiais e nos WC feminino. Dimensões 1,10m do piso acabado com 2,10m de largura por 0,80m de altura.

***Muros de contorno:***

Os muros obedecerão aos detalhes do projeto de arquitetura. Em alvenaria de 1/2 vez com tijolos de 08 furos com colunas em concreto c/h=2,00m

O revestimento em ambos os lados do muro de contorno deverá prever a aplicação de um chapisco de aderência e uma camada de massa única. A pintura geral prevista com três demãos de cai hidratada.

***Calçada de proteção:***

Estão previstas nos locais onde não existe circulação de pessoas, de forma a proteger a construção de infiltrações e umidade.

Prevêem um embasamento em alvenaria de tijolos cerâmicos furados assentado, com

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF: 030.465.384-12





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF: 030.835.384-12

O revestimento lateral do piso da calçada será em argamassa de cimento e areia. Deverão ser utilizadas juntas plásticas, chumbadas no lastro, a cada 1,00m para absorver a dilatação térmica dos materiais. Terão  $L=0,70m$ .

**Quadro de giz:**

As lousas, de estrutura e porta-giz de madeira, se destinam às salas de aula. Constituídos de chapa de laminado melamínico, tipo lousa verde reticulado 3,00 x 1,10m de altura.

**Mastro para bandeiras:**

Previstos dois mastros metálicos em tubos de ferro galvanizado com altura de 5,50m com sistema móvel para facilitar a colocação dos fios, fixados em bloco de concreto de (0,30x0,30x0,50m) com pintura em esmalte sintético na cor branca.

Previsto um mastro com tubo de ferro galvanizado de 3" e altura de 6,00m de altura com sistema móvel para facilitar a colocação dos fios, fixado em bloco de concreto de (0,30x0,30x0,50 m), com pintura em esmalte sintético na cor branca.

O detalhe dos mastros prevê ainda a instalação de roldanas no topo dos ganchos metálicos instalados a 1,00m do piso e os cordões de nylon flexíveis para o hasteamento das bandeiras. Terá mobilidade na base possibilitando que os mesmos fiquem na posição horizontal para colocação dos cordões.

**Elementos Decorativos:**

Os bancos localizados nas áreas livres da escola serão em pedra granítica. (Ver detalhe). Abertura do Letreiro da escola com letras na altura a definir no local.

Placa inaugurativa da Obra em granito verde cascata ou verde seridó, com inscrições vazadas e pintadas de nas dimensões de (0,60x0,40)m.

**Limpeza e verificação final:**

Lustração e enceramento — deverá ser procedida a limpeza geral das áreas de piso, incluindo lavagem com bastante água e sabão em pó para retirada de sujeiras, restos de tinta e outros materiais, para em seguida providenciar a imediata secagem do piso.

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 142.737-9  
CPF: 030.835.384-12



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro  
CEP: 58.398-000-Remígio – PB  
prefeituramunicipalderemigio@gmail.com  
Telefone: (83) 3364-1837

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 040.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

O enceramento deverá utilizar cera à base de carnaúba em três demãos, seguidos de polimento vigoroso e cuidadoso, para obtenção do brilho desejado.

Será removido todo entulho no terreno, limpas e varridas todas as áreas externas.

Todas as manchas e salpicos de tinta serão cuidadosamente removidas, com especial atenção a perfeita execução desta limpeza nos vidros e ferragem das esquadrias.

A fiscalização irá proceder cuidadosa verificação das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações de água, esgotos, águas pluviais, contra incêndio, aparelhos de um modo geral, equipamentos, ferragens e demais componentes da obra.

Remígio, 14 de dezembro de 2023.

Hélio Ferreira da Silva  
Secretário de Obras e Urbanismo

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 040.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12





## ESTADO DA PARAÍBA

### ANEXO I

(Art. 17 do Decreto nº 53.884/2013)

### PROPOSTA DE TRABALHO

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 160.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

1. DADOS CADASTRAIS			
Órgão/Entidade Proponente		CNPJ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO		09.048.976/0001-09	
Endereço: Rua 1 de novembro, S/N - Centro			
Cidade	UF	CEP	Telefone: (83) 3364-1837
Remígio	PB	58.398-000	Email: prefeituraderemigio@gmail.com
Banco	Agência	C. Corrente	Praça de Pagamento
JUSTIFICATIVA			
O município de Remígio apresenta a proposta de trabalho para formalização de reprogramação de implantação de uma unidade educacional com 04 salas de aula, para incrementar ações no sentido da melhoria do atendimento a população em idade de aprendizado na educação básica, a cargo do município. Tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com o fluxo escolar adequado e de avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável			
DESCRIÇÃO DO OBJETO		RECURSOS FINANCEIROS	
Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 salas de aula, no município de Remígio/PB		Repasse Concedente	Contrapartida Proponente
		R\$ 900.467,68	R\$ 157.060,77
NOME DO PROGRAMA		ANO	
APOIO TÉCNICO, FINANCEIRO E PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO		LDA	PPA
		2019	2018
OBJETO DO PROGRAMA		PRAZO DE EXECUÇÃO	
Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 (quatro) salas de aula		Início	Tér
		Dezembro/2019	Junho/2024

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 160.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

FAT



## ESTADO DA PARAÍBA

### ANEXO II PLANO DE TRABALHO 1/3

(Art. 19 do Decreto nº  
33.884/2013)

Helio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 140.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12

1. DADOS CADASTRAIS			
Órgão/Entidade Proponente Prefeitura Municipal de Remígio		CNPJ 09.048.976/0001-09	
Endereço: Rua 1 de novembro, S/N - Centro			
Cidade		UF	CEP
Remígio		PB	58.398-000
Banco		Agência	Conta Corrente
			Praça de Pagamento
Nome do Responsável Francisco André Alves			CPF 181.952.374-87
RG/Órgão Expedidor	Cargo	Função	Matrícula
237218	SSP/PB	Prefeito	
Endereço: Rua Manoel Serafim Filho, 150 - Centro			
			CEP 58.398-000
2. OUTROS PARTICÍPEIS			
Órgão/Entidade: Secretaria de Educação do Estado da Paraíba		CNPJ/CPF 08.778.250/0001-69	
Endereço: Avenida Jogo da Mata s/n. Jaguaribe, Centro			
Cidade	UF	CEP	Telef
João Pessoa	PB	58015-020	(83) 3612-5628
Nome do Responsável Antonio Roberto de Araujo Souza			
RG/Órgão Expedidor	Cargo : Secretário	Função	Matrícula
			CEP 58.398-000
3. DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO			
Título do Projeto Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 salas de aula, no município de Remígio/PB			Período de Execução 5 meses
Especificação do Projeto (Programa/Ação) APOIO TÉCNICO, FINANCEIRO E PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO.			Início Dez/2019
			Término Junho/2024
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 (quatro) salas de aula			
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO			
O município de Remígio apresenta a proposta de trabalho de reprogramação para a conclusão da construção de unidade escolar com 04 salas de aula, para incrementar ações no sentido da melhoria do atendimento a população em idade de aprendizado na educação básica, a cargo do município. Tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com o fluxo escolar adequado e de avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.			

Helio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 140.142.737-9  
CPF: 030.435.384-12





## ESTADO DA PARAÍBA

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 168.142.737-9  
CPF 030.415.384-12

(Art. 29 do Decreto  
nº 33.884/2013)

4. METAS						
Meta nº	Especificação	Indicador Físico		Valor R\$	Pra	
		Unidade	Quantidade		Início	Término
1	Reprogramação para Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 (quatro) salas de aula	1	1,00	R\$ 900.467,68	dez/2019	Junho/2024

5. PLANOS/METAS						
Planos	Especificação	Indicador Físico		Valor R\$	Praz	
		Unidade	Quantidade		Início	Término
1	Reprogramação para Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 (quatro) salas de aula	1	1,00	R\$ 900.467,68	dez/2019	Junho/2024

PLANO DE APLICAÇÃO				
Natureza da Despesa		Valor Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
40.40.51	Reprogramação para Conclusão de Construção de Unidade Escolar com 04 (quatro) salas de aula	R\$ 1.057.528,45	R\$ 900.467,68	R\$ 157.060,77

### PLANO DE TRABALHO 3/3

(Art. 29 do Decreto nº 33.884/2013)

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
Meta: Conclusão de construção de Unidade Escolar com 04 salas de aula					
Mês	Concedente	Proponente	Mês	Concedente	Proponente (Contrapartida)
Março/2020	R\$ 270.140,30		Maio/2024		
Janeiro/2022	R\$ 360.187,87		Junho/2024		
Janeiro/2024			Julho/2024		
Fevereiro/2024	R\$ 270.139,53	R\$ 157.060,77	Agosto/2024		
Março/2024			Setembro/2024		
Abril/2024			Outubro/2024		

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 168.142.737-9  
CPF 030.415.384-12



## ESTADO DA PARAÍBA

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 200.142.737-9  
CPF 030.435.384-12

### 8. DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Educação, para os efeitos e sob as penas da Lei, que incide qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento

Remigio-PB, 14 de dezembro de 2023.

### 9. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

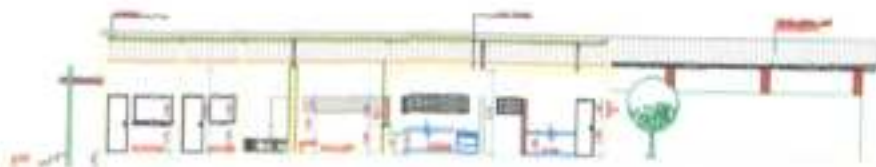
João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Concedente

Francisco André Alves

Francisco André Alves  
Prefeito Constitucional





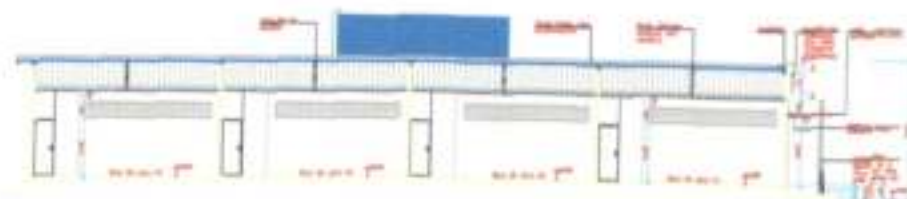
FACADA LATERAL



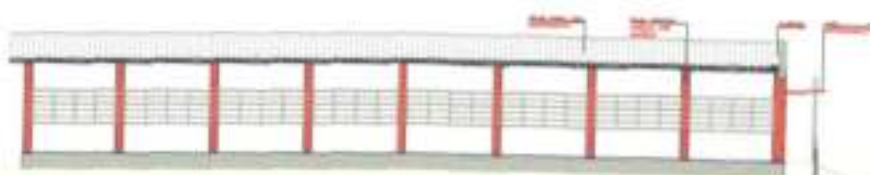
FACADA LATERAL



FACADA LATERAL



FACADA LATERAL



FACADA LATERAL

Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PB 19.142.737-9  
CPF: 030.465.384-12

Conversões					
Conversado	em	para	Conversado	em	para
1	1.000.00	1	1.000.00	1	1.000.00
2	1.000.00	2	1.000.00	2	1.000.00
3	1.000.00	3	1.000.00	3	1.000.00
4	1.000.00	4	1.000.00	4	1.000.00
5	1.000.00	5	1.000.00	5	1.000.00
6	1.000.00	6	1.000.00	6	1.000.00
7	1.000.00	7	1.000.00	7	1.000.00
8	1.000.00	8	1.000.00	8	1.000.00
9	1.000.00	9	1.000.00	9	1.000.00
10	1.000.00	10	1.000.00	10	1.000.00
11	1.000.00	11	1.000.00	11	1.000.00
12	1.000.00	12	1.000.00	12	1.000.00
13	1.000.00	13	1.000.00	13	1.000.00
14	1.000.00	14	1.000.00	14	1.000.00
15	1.000.00	15	1.000.00	15	1.000.00
16	1.000.00	16	1.000.00	16	1.000.00
17	1.000.00	17	1.000.00	17	1.000.00
18	1.000.00	18	1.000.00	18	1.000.00
19	1.000.00	19	1.000.00	19	1.000.00
20	1.000.00	20	1.000.00	20	1.000.00

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, Pecuária e Pesca  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, Pecuária e Pesca

Nome: \_\_\_\_\_

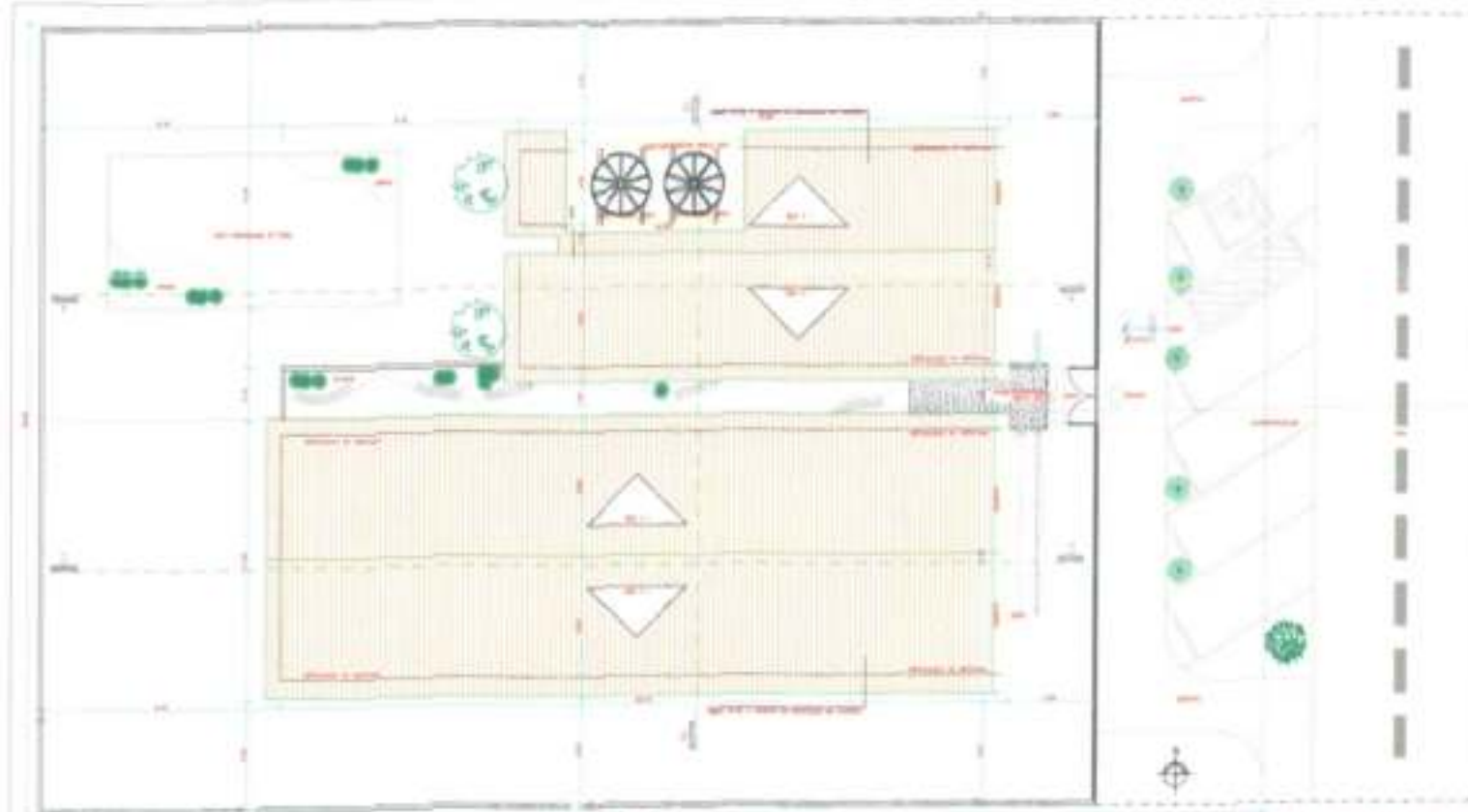
CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Carimbo: \_\_\_\_\_



Hélio Ferreira da Silva  
Engenheiro Civil  
CREA/PA 140.142.737-9  
CPF 030.435.384-12

Conversor (grau)	1 gr	Gr	Conversor (grau)	1 gr	Gr
Fahrenheit	32 = 0,0000000000	32	Celsius Celsius	32 = 0,0000000000	32
	33 = 0,0000000000	33		33 = 0,0000000000	33
	34 = 0,0000000000	34		34 = 0,0000000000	34
	35 = 0,0000000000	35		35 = 0,0000000000	35
	36 = 0,0000000000	36		36 = 0,0000000000	36
	37 = 0,0000000000	37		37 = 0,0000000000	37
Celsius	38 = 0,0000000000	38	Graus do Faren	38 = 0,0000000000	38
	39 = 0,0000000000	39		39 = 0,0000000000	39
	40 = 0,0000000000	40		40 = 0,0000000000	40
	41 = 0,0000000000	41		41 = 0,0000000000	41
	42 = 0,0000000000	42		42 = 0,0000000000	42
	43 = 0,0000000000	43		43 = 0,0000000000	43

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA  
Rua: JOSEMAR STRECHT <sup>1</sup> - LULA

[illegible]



